

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações financeiras
em 30 de junho de 2002 e 2001

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações financeiras

em 30 de junho de 2002 e 2001

Conteúdo

Relatório da administração	3 - 19
Parecer dos auditores independentes	20 - 22
Balanços patrimoniais	23
Demonstrações de resultados	24
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	25
Demonstrações das origens e aplicações de recursos	26
Notas explicativas às demonstrações financeiras	27 - 63

Relatório da administração

1 - Introdução

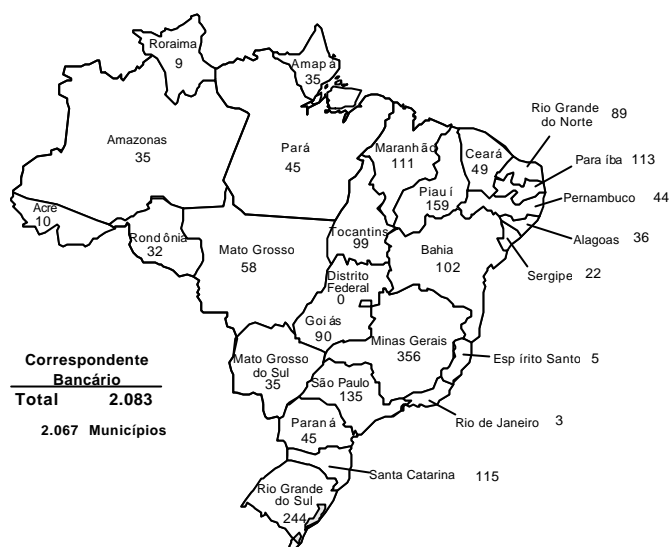
Os efeitos positivos dos esforços empreendidos pelo Tesouro Nacional e pela Caixa Econômica Federal - CAIXA, no curso da reestruturação patrimonial desta empresa, começaram a se concretizar já a partir do 1º semestre de 2002.

Sob o enfoque do equilíbrio econômico-financeiro, a CAIXA encerrou o semestre com o lucro líquido de R\$ 564 milhões, registrou R\$ 826 milhões em tributos e encargos sociais e destinou R\$ 129 milhões ao Tesouro Nacional sob o título de dividendos.

O semestre que se encerrou com o País testemunhando a elevação do futebol brasileiro à condição de pentacampeão mundial, tornou-se marco também de inúmeras realizações da CAIXA voltadas para o cumprimento da sua missão social, sendo as mais relevantes: (i) a que fez dela a primeira e única instituição financeira presente em todos os 5.561 municípios brasileiros; (ii) a que a capacitou a honrar o maior acordo do mundo com o pagamento dos créditos complementares do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço - FGTS aos trabalhadores brasileiros; (iii) a que a tornou mais uma vez referência mundial, com a seleção, dentre os dez grandes vencedores mundiais, de projeto de investimento em desenvolvimento urbano, social e econômico que contou com a sua parceria e (iv) a de exposição transparente dos seus resultados econômico-financeiros perante a sociedade, aos investidores e aos clientes.

2 - Redes física e eletrônica de atendimento

A CAIXA tornou-se a primeira e única instituição presente em todos os 5.561 municípios brasileiros, realizando transações em tempo real. Com a integração da rede física de 14.323 pontos, adequadamente dimensionada com 1.697 agências, 293 postos de atendimento bancário (PAB), 946 postos de atendimentos eletrônicos (PAE), 231 salas 24h, 9.084 casas lotéricas, 68 outros canais e 2.083 correspondentes bancários, possibilitou o acesso à população brasileira aos serviços bancários e aos benefícios dos programas sociais do Governo Federal. Os correspondentes bancários estão presentes em 2.067 municípios brasileiros, assim distribuídos:



Com a implantação dos correspondentes bancários neste semestre, a população brasileira teve acesso, em seus próprios municípios de residência, a uma gama de produtos e serviços financeiros, atingindo em pouco tempo a quantidade de 2,4 milhões de transações bancárias.

As casas lotéricas, presentes em 3.516 municípios brasileiros, efetuaram mais de 487 milhões de transações no 1º semestre de 2002, o que representou 50% de incremento em relação ao mesmo período de 2001. O mês de junho fechou com a quantidade de 204 milhões de transações, sendo 70 milhões de transações em serviços e 134 milhões nos diversos jogos de loterias.

Em serviços, destacam-se os recebimentos de contas de energia, telefone e de água e esgoto com 49 milhões de transações no mês de junho; a arrecadação de 5,4 milhões de boletos de cobrança; 3,3 milhões de consultas de saldos, saques e depósitos bancários; aproximadamente 4,0 milhões de pagamentos de benefícios sociais e arrecadação de 1,6 milhão de guias do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. No final do mês de junho iniciaram-se os pagamentos dos créditos complementares do FGTS, atingindo a média de 42 mil transações diárias.

Comparando-se 2002 com 2001, verifica-se um crescimento, no mesmo período, de 9% na quantidade de transações na rede lotérica, sendo 847 milhões em jogos (67%) e 487 milhões em serviços (33%) e de 36% nos valores transacionados, sendo R\$ 1,3 bilhão arrecadados em jogos (6%) e R\$ 20,2 bilhões em serviços (94%).

As transações pelo banco eletrônico cresceram 133,1% no primeiro semestre de 2002, quando comparado ao mesmo período do ano passado, totalizando 24,4 milhões de transações. Os acessos mensais ao nosso endereço eletrônico apontam para uma média de 30 milhões de visitas, mantendo a CAIXA na liderança absoluta no ranking brasileiro e em segundo lugar no mundo em pesquisas realizadas, considerando os usuários que acessam a rede mundial de computadores - Internet em ambiente domiciliar.

Os prêmios concedidos à CAIXA pelo iBest, conhecido como o “Oscar” da Internet e que representa um selo de qualidade para os principais sites do País, atestam a qualidade e eficiência dos conteúdos dos produtos e serviços por ela disponibilizados por meio eletrônico. A CAIXA venceu, pela segunda vez, o Prêmio iBest de melhor site na Internet brasileira, na categoria Serviços Públicos, e ainda levou mais dois prêmios: TOP 3 entre os Bancos e TOP 10 na categoria Regional DF.

A conta eletrônica “CAIXA Aqui” amplia as alternativas de serviços bancários e se destina ao público que não tinha acesso ao sistema bancário, possibilitando a inclusão desse segmento social como usuário desses serviços em todo o País. A importância da CAIXA, presente em todos os municípios brasileiros, completa-se com a disponibilização de produtos e de acesso aos serviços financeiros e aos benefícios dos programas sociais, mantendo os recursos nos próprios municípios, facilitando a vida de milhões de brasileiros e possibilitando o desenvolvimento das comunidades e a inclusão social dos cidadãos.

3 - Serviços financeiros

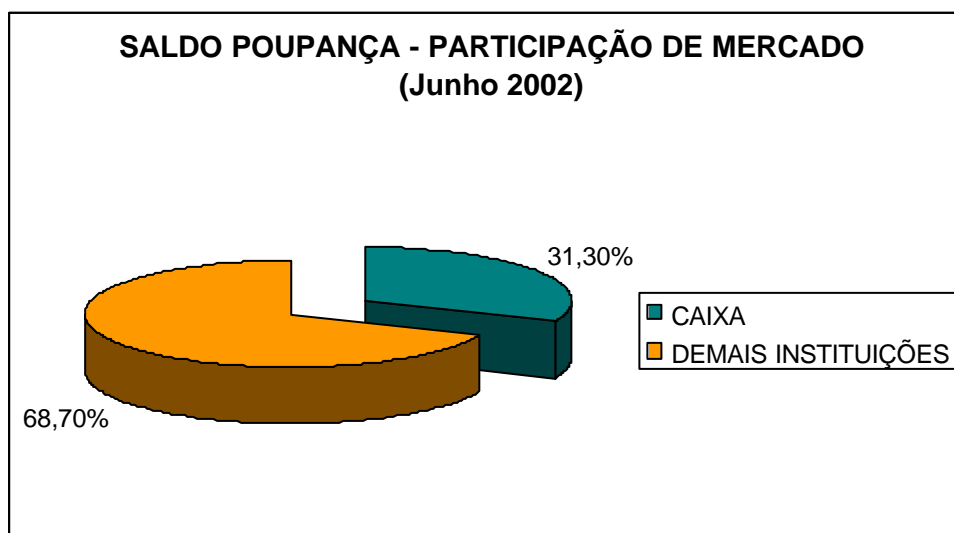
Produtos de investimentos

Para os produtos de investimentos da economia popular, de uma forma geral, o último mês do semestre foi atípico. Por determinação conjunta do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários, os gestores de fundos foram instados a registrar, antecipadamente, os títulos (Letras Financeiras do Tesouro - LFT), que compunham as suas carteiras, pelos seus valores de mercado. Embora o caminho sinalizado aos investidores tenha sido o de permanência nas aplicações, pois a tendência é, como tem sido, de que o mercado de fundos se recupere, a frustração decorrente da redução de seus recursos, levou-os a migrarem para outros produtos, o que beneficiou sobremaneira a Poupança, a Letra Hipotecária - CAIXA LH e o Certificado/Recibo de Depósito Bancário - CDB/RDB.

O saldo dos depósitos de Poupança, em junho de 2002, apresentou um crescimento de 5,46% em relação ao do mês anterior. Considerando que a remuneração média creditada no período ficou em torno de 0,71%, o incremento no saldo reflete um crescimento real de recursos em torno de 4,75%, representando um montante aproximado de R\$ 1,8 bilhão para o mês. A captação líquida alcançada pela Caderneta de Poupança, da ordem de R\$ 2,8 bilhões no semestre, equivaleu a um acréscimo de 115% sobre o montante captado no mesmo período no ano de 2001.

Convém destacar que o mercado de Poupança, excluída a participação da CAIXA, embora tenha crescido no mês de junho de 2002, apresentou perda líquida de recursos, no período JAN-JUN de 2002, no montante de R\$ 608 milhões.

Os investidores estão procurando as cadernetas de poupança, segundo suas preferências por liquidez, segurança ou rentabilidade.



A preferência dos investidores pela Poupança CAIXA em junho foi equivalente a 33,8% do total do mercado, tendo a instituição atingido o índice global de 31,30% de participação.

As Letras Hipotecárias obtiveram crescimento de R\$ 502 milhões, quando a média de preferência por esse ativo apresentada até o mês anterior girava em torno de R\$ 228 milhões.

Produtos de crédito comercial

A volatilidade vivida no 1º semestre de 2002 pelo mercado financeiro influenciou diretamente a demanda por crédito comercial. Nada obstante, a CAIXA prosseguiu em consistente ampliação da sua participação competitiva no mercado em termos de volume, crescendo em 75% na concessão de créditos às pessoas físicas e em 51% às pessoas jurídicas, em relação ao mesmo período de 2001.

Apresentam-se adiante os volumes dos principais produtos de crédito, consumidos no período, por pessoas físicas e jurídicas:

Pessoa física

Valores em milhões

Quantidades em unidade

Operações		Quantidade de operações	Valores tomados (R\$)
Crédito direto ao consumidor	Crédito direto CAIXA	338.990	520
	Crédito rotativo	<u>1.643.644</u>	<u>2.110</u>
Total		<u>1.982.634</u>	<u>2.630</u>
Empréstimos	Créd. sênior	102.153	128
	Crédito pessoal	24.172	48
	Consignações	120.034	405
	Bens de consumo durável	<u>988</u>	<u>2</u>
Total		<u>247.347</u>	<u>583</u>
Penhor	Penhor	<u>4.556.899</u>	<u>1.552</u>
Total		<u>4.556.899</u>	<u>1.552</u>
Total geral		<u>6.786.880</u>	<u>4.765</u>

Pessoa jurídica
Valores em milhões
Quantidades em unidade

Operações		Quantidade de operações	Valores tomados (R\$)
Capital de giro	Recursos CAIXA	34.854	622
	Crédito especial empresa	236	18
	Recursos PIS	<u>34.593</u>	<u>224</u>
Total		<u>69.683</u>	<u>864</u>
Crédito rotativo	Antecipação de recebíveis	62	5
	Cheque empresa CAIXA	76.352	391
	Cheques	29.941	281
	Crédito empresarial	25	7
	Desconto	10.487	107
	Múltiplo	<u>15.117</u>	<u>164</u>
Total		<u>131.984</u>	<u>955</u>
Investimentos	BNDES	158	4
	FINAME	365	21
	MicroCrédito	135	0
	Proger PF	11.457	69
	Proger PJ	<u>5.183</u>	<u>141</u>
Total		<u>17.298</u>	<u>235</u>
Total geral		<u>218.965</u>	<u>2.054</u>

A comercialização de cartões de crédito atingiu o volume de 443 mil cartões, com geração de receitas da ordem de R\$ 48 milhões. A partir do próximo semestre, a administração do cartão de crédito - CAIXA será internalizada, o que possibilitará a gestão plena do produto com boas perspectivas de potencialização da sua rentabilidade.

Produtos de fidelização

A CAIXA SEGUROS, empresa coligada à CAIXA, opera de forma direta os seus produtos de seguros e, por meio da CAIXA CAPITALIZAÇÃO e CAIXA VIDA & PREVIDÊNCIA, empresas por ela controladas, a comercialização dos produtos de Capitalização e Previdência Privada, respectivamente.

Os produtos da CAIXA SEGUROS são distribuídos na rede de atendimento da CAIXA, apresentando, no 1º semestre de 2002, os seguintes desempenhos:

- Em Previdência Privada, a participação no mercado em termos de faturamento atingiu 3,3%; com volume de vendas de R\$ 22,9 milhões referentes a 74 mil produtos comercializados.
- Em Produtos de Capitalização, a CAIXA comercializou 556 mil vendas com volume de R\$ 101 milhões, representando uma participação no mercado de 8,1%.
- Nos produtos de Seguros, a CAIXA efetivou mais de 1 milhão de vendas com volume de faturamento de R\$ 76 milhões, representando 2,6% de participação de mercado.

4 - Transferência de benefícios

No primeiro semestre de 2002, a CAIXA realizou seu maior feito dos últimos tempos em termos de logística, mobilização interna e externa, registrando 19 milhões de pagamentos dos créditos complementares relativos aos planos econômicos Verão e Collor I, para cerca de 10 milhões de trabalhadores, correspondendo a desembolsos da ordem de R\$ 4,3 bilhões.

Até 31 de agosto de 2002, com apenas três meses de operação, a CAIXA já pagou mais da metade - 59% - de todas as contas liberadas para saques. O FGTS está computando, desde a abertura do respectivo prazo, mais de 26 milhões de adesões dos trabalhadores ao acordo para pagamento dos créditos complementares. O atendimento está sendo monitorado de forma criteriosa, sendo que os apontamentos finais indicam uma média de espera de 15 minutos, pagamentos entre 9h e 15h de 70.945 contas por hora e de 1.183 por minuto, nos diversos canais. Do total de saques, 13,6% ocorreram nas casas lotéricas, com o Cartão do Cidadão, porém a grande maioria dos pagamentos se deu nas agências da CAIXA.

Para vencer esse desafio, a operação exigiu da CAIXA investimentos em tecnologia, desenvolvimento e contratação de pessoal e marketing, envolvendo recursos da ordem de R\$ 260 milhões. Essa mobilização foi ímpar se considerada a interação em um espaço tão curto de tempo dos processos de marketing, distribuição e recursos humanos na empresa, um verdadeiro caso de sucesso, onde a estratégia, a experiência em atendimento a clientes e o desenvolvimento e treinamento de pessoas caminharam juntos.

Rede de proteção social

A Rede de Proteção Social tem a CAIXA como responsável pela condução e operacionalização das políticas públicas, sobretudo no que se refere ao pagamento dos benefícios sociais. A partir da criação da base única de dados para as ações sociais, o Governo Federal passará a ter a visão única das famílias carentes do Brasil, das suas necessidades básicas e dos programas a que já têm acesso, ao mesmo tempo em que se viabilizará a racionalização do processo de cadastramento dos cidadãos, assim como a economicidade na gestão dos recursos destinados aos programas sociais.

A base única de dados conta com 1,8 milhão de famílias cadastradas, em 2.247 municípios, com informações completas do perfil sócio e econômico de cada família (ao final serão 9,3 milhões de famílias em todo o País).

O Cartão do Cidadão foi o principal instrumento lançado para facilitar o atendimento ao seu portador. Por seu intermédio, foi possível atender cerca de 46 milhões de cidadãos, beneficiários de programas sociais de transferência de renda em toda a rede de atendimento da CAIXA.

Esse cartão magnético possibilita o pagamento unificado dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano. A CAIXA distribuirá até o final deste ano cerca de 4,3 milhões desses cartões.

Atendimentos e pagamentos de benefícios sociais

Até o final do 1º semestre, 5 milhões de famílias já foram contempladas com Bolsa Escola, outras 212 mil com o Bolsa Alimentação e mais 5,4 milhões de famílias fazem parte do programa do Auxílio Gás. Nos quadros adiante se apresenta a síntese de todas as operações e resultados alcançados no período no segmento Transferência de Benefícios:

Atendimentos, cadastramentos e arrecadações

Valores em milhões

Quantidades em unidades

Programa	Atividade	1º semestre de 2001		1º semestre de 2002	
		Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade
Seguro-desemprego	Atendimento	-	9.216.689	-	10.472.228
Abono salarial/PIS	Atendimento	-	21.035.616	-	29.440.230
Previdência Social	Arrecadação	5.953	12.298.033	3.196	13.932.899
Bolsa escola	Famílias - Homologadas	-	15.751	-	208.873
	Crianças - Homologadas	-	26.933	-	292.378
Total bolsa escola		-	42.684	-	501.251
Cartões (Emissões/Cadastramentos)	CPF		3.424.614	-	2.298.387
	Cartão do Cidadão	-	2.947.296	-	9.790.497
	Cartão de Pagamento do INSS	-	189.895	-	301.898
	SUS - Cadastramento	-	631.432	-	17.332.975
Total cartões		-	7.193.237	-	29.723.757
PCE	Contratos em Desembolso	315	14.464	171	6.467
	Contratos em Carência	335	17.060	239	9.306
	Contratos em Amortização	1.404	184.288	1.641	191.512
Total de contratos em carteira		2.054	215.812	2.051	207.285
FIES	Aditamentos	165	81.875	204	100.363
	Contratos em Carteira	618	117.306	1.187	179.009
Total FIES		783	199.181	1.391	279.372
Total geral		8.790	50.201.252	6.638	84.557.022

5 - Desenvolvimento urbano

Pagamentos					
Valores em Mil					
Quantidades em Unidades					
PROGRAMA	ATIVIDADE	1º Semestre de 2001		1º Semestre de 2002	
		Valor (R\$)	Quantidade	Valor (R\$)	Quantidade
Seguro-Desemprego		2.071.449	8.740.750	2.702.752	10.053.857
Abono Salarial		578.937	3.814.450	830.669	4.608.135
Previdência Social		3.617.327	13.214.668	4.344.951	13.876.425
PIS	Rendimentos	384.469	14.097.667	436.945	14.675.846
	Quotas	259.052	408.243	283.144	410.143
Total PIS		643.521	14.505.910	720.089	15.085.989
Rede de Proteção Social	Bolsa Escola	306	12.011	696.572	26.979.374
	Bolsa Alimentação	175(*)	6.382(*)	8.876	349.851
	Auxílio Gás (**)	-	-	175.292	16.598.736
Total Rede de Proteção Social		481	18.393	880.740	43.927.961
Total Geral		6.911.715	40.294.171	9.479.201	87.552.367

Obs.: (*) Acumulado no exercício 2001.
 (**) O Programa Auxílio Gás em funcionamento a partir de 2002.

Desde 2001, a CAIXA vem promovendo quatro grandes frentes de estudos neste segmento, quais sejam: a Revisão/ Lançamento de Produtos Imobiliários, o Redesenho do OGU, a Nova Política Habitacional e o Redesenho do Desenvolvimento Urbano.

Esses trabalhos, com ações de curto e longo prazo, deram origem, como se verá adiante, ao reposicionamento e lançamento de produtos ao longo deste 1º semestre de 2002 e continuam a fomentar a discussão de uma nova política habitacional para o País, prevendo a explicitação de subsídios; a reprecificação e a revisão dos contratos de crédito imobiliário com ajustes de tarifas para assegurar o equilíbrio econômico financeiro e, uma nova estrutura e parâmetros de participação, concessão, controle e retorno dos Sistemas Financeiro-Imobiliário e de Infra-Estrutura urbana.

Programas habitacionais

O Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH é destinado exclusivamente ao segmento da população com renda de até R\$ 580,00 e que não tem acesso ao crédito, por meio de operações não convencionais, em parcerias com os Estados e municípios. A CAIXA tem como meta neste programa a contratação de 8.264 unidades habitacionais até o dia 21/10/2002.

Os financiamentos com recursos do FGTS, destinados ao segmento da população com renda entre R\$ 1 mil e R\$ 2 mil, sofreram diversos ajustes, tendo por objetivo: imprimir maior racionalidade e eficácia aos subsídios concedidos aos mutuários; conferir maior transparência e visibilidade na sistemática de distribuição dos subsídios, garantir o equilíbrio econômico-financeiro das operações e estimular a participação de maior número de Agentes Financeiros.

Os financiamentos com recursos do FGTS passaram ainda, por outras inovações, dentre as quais, o estabelecimento de novas faixas de renda por ele contempladas. Outra inovação foi a ampliação dos limites de avaliação e de financiamento para aquisição de imóvel novo, construção individual e imóvel na planta.

Os principais objetivos dessas alterações são: ampliar os segmentos atendidos pelo FGTS, atingindo uma parcela da classe média; garantir o equilíbrio econômico-financeiro das operações; melhorar o perfil de rentabilidade do FGTS e incentivar a participação de maior número de Agentes Financeiros.

O Programa de Arrendamento Residencial - PAR foi também objeto de adequações no período: elevação do limite máximo de renda familiar mensal de seis para oito salários mínimos, no caso de segurança pública e a elevação do valor máximo de avaliação de imóveis de R\$ 35 mil para R\$ 62 mil, no caso de projetos de recuperação urbana e revitalização de sítios históricos.

O CASACAP, título de capitalização que permite programar a compra do imóvel desejado por meio de pagamentos mensais, foi outra grande inovação, destinado principalmente aos segmentos da população com renda familiar entre R\$ 800 e R\$ 4,5 mil. Até 31/07/2002, a CAIXA já havia comercializado 15.087 títulos e arrecadado R\$ 1,08 milhão.

O produto Carta de Crédito FAT Habitação, com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, também passou por adequações, sendo que a possibilidade de concessão de financiamentos para aquisição de imóveis usados foi a mais relevante, com dotação global de R\$ 150 milhões e contratações limitadas a 50% dos financiamentos em imóveis novos/construções individuais.

Apresenta-se adiante síntese das contratações em programas habitacionais e os seus principais impactos ao longo do 1º semestre:

Programas Habitacionais - 1º semestre 2002

Origem	Programa	Valor de repasse/ contratação (R\$)	Quantidade de operações	Valores em milhões	
				População atendida	Empregos gerados
Recursos FGTS	Carta de crédito individual	1.123	90.338	366.772	47.186
	Imóvel na planta	303	9.965	40.458	13.188
	Pró-moradia e pró-saneamento (Repasse)	47	54	669.030	30.150
	Pró-saneamento (Contratação)	12	1	325.408	3.114
Total FGTS		1.485	100.358	1.401.668	93.638
Recursos CAIXA	Construcard	22	2.642	48.919	6.616
	Carta de crédito CAIXA	522	10.562	8.611	4.866
Total CAIXA		544	13.204	57.530	11.482
Recursos FAT	FAT habitação	91	1.972	8.006	3.809
Recursos FAR	PAR	217	9.973	37.897	9.128
Recursos BID/BIRD	HABITAR BRASIL BID	3	3	276.609	2.800
Total geral		2.340	125.510	1.781.710	120.857

Orçamento Geral da União - OGU

Historicamente, o OGU tem se constituído na principal fonte de recursos de que o setor público tem se utilizado para o custeio de programas de habitação para beneficiar segmentos da população em faixas mais baixas de renda e para urbanização de áreas degradadas. Até o final do 1º semestre, conforme detalhamento adiante, em que se apresentam também os seus principais impactos, a CAIXA obteve sucesso na sua execução, viabilizando num montante de R\$ 1,419 milhões por meio de 9.239 contratos.

OGU - 1º semestre de 2002

Valores em Milhões
Quantidades em
Unidade

GESTOR	PROGRAMA	Valor do Repasse (R\$)	Quantidade de Operações	População Beneficiada	Empregos Gerados
ANA	Gestão de Recursos Hídricos	19	51	280.491	1.841
EMBRATUR	Infra-Estrutura Turística	93	412	9.122.816	7.321
FNMA	Brasil Joga Limpo	5	14	1.065.204	2.472
INCRA	Reforma Agrária	34	441	554.949	3.812
MAPA	PRODESA	226	3.231	19.679	33.096
MDA	PRONAF	97	792	1.779	14.559
MET	Brasil Potência Esportiva	11	32	641.413	3.710
	Esporte Direito de Todos	30	174	763.336	5.016
	Esporte Solidário	65	618	4.284.431	14.213
	Indústria do Novo Milênio	2	27	2.209.342	237
	Municipalização do Turismo	33	51	1.191.517	3.777
	Pró-Desporto	15	174	400	21
	Turismo no Coração do Brasil	6	1	4.000	44
Total MET		162	1.077	9.094.439	27.018
SEDU	Habitar Brasil	46	285	1.001	15
	Morar Melhor	291	1.483	4.615.671	41.393
	Municipalização do Turismo	3	16	213.141	653
	PASS	40	251	1.620	225
	Pró-Infra	403	1.186	7.471.826	54.419
Total SEDU		783	3.221	12.303.259	96.705
Total Geral		1.419	9.239	32.442.616	186.824

Novos programas para o Saneamento

A inovação introduzida nesta linha reside na ampliação do programa para financiamento de projetos privados em saneamento, abrangendo inclusive o tratamento de resíduos sólidos. Na modalidade locação de ativos, a concessionária de serviços públicos licita a construção de componentes de sistemas de água ou de esgoto a serem a ele locados por um período e o licitante vencedor constitui Sociedade de Propósito Específico - SPE para a captação de financiamento junto à CAIXA/FGTS ou investidores.

Melhores práticas

Oito projetos de investimentos nos setores de desenvolvimento urbano, social e econômico, realizados em parceria com a CAIXA, foram selecionados entre as 100 melhores práticas do mundo pelo Prêmio BEST PRACTICES AND LOCAL LEADERSHIP PROGRAMME, promovido pelo Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU/HABITAT). A CAIXA comemorou o prêmio com uma exposição de todas as iniciativas vencedoras, no seu edifício sede, em Brasília - DF.

Como principal agente de desenvolvimento urbano do País, a CAIXA lançou, em 1999, o concurso CAIXA Melhores Práticas. Com esse concurso, que é realizado a cada dois anos, a CAIXA seleciona e premia as melhores experiências em gestão local realizadas com investimentos da Instituição. O objetivo é difundir as iniciativas vencedoras, além de incentivar a adoção de práticas semelhantes e contribuir para a melhoria de qualidade de vida da população e para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos, replicando práticas já testadas. As dez Melhores Práticas selecionadas pela CAIXA são inscritas, para representar o Brasil, no concurso promovido pela ONU/HABITAT.

O melhor projeto brasileiro, selecionado entre os dez grandes vencedores do mundo, foi desenvolvido em Santo André, São Paulo, e vem sendo implantado desde 1997. A proposta é a de integrar a favela Sacadura Cabral à cidade e promover seu desenvolvimento a fim de romper com a imagem de gueto, impressa pelas condições precárias de vida dos moradores. Situada numa área de 42 mil metros quadrados, a favela abriga 780 famílias que, ao longo dos anos, vinham sofrendo com a completa falta de infra-estrutura e, principalmente, de saneamento básico, além da falta de empregos e de escolas.

Sem rede de esgotos, os moradores de Sacadura eram penalizados com as enchentes anuais, que alagavam quase todo o local, situado numa várzea, desabrigando cerca de 580 famílias na época das chuvas.

Com o projeto, estimado em R\$ 10,5 milhões, Sacadura passou a fazer parte do Programa de Urbanização Integral de Favelas, desenvolvido pelo governo de Santo André em parceria com a CAIXA, e do Programa Integrado de Inclusão Social, criado para superar as limitações dos outros programas de intervenção em favelas e para alavancar processos de inclusão social.

Do valor estimado para a concretização do projeto, 60% já foram investidos, dos quais 20% destinados às obras de infra-estrutura e 45% à remoção das famílias para o conjunto Prestes Maia, financiado pela CAIXA.

6 - Administração de loterias

As loterias administradas pela CAIXA, além de honrarem com o pagamento dos prêmios decorrentes das extrações dos diversos jogos à disposição dos apostadores, cumprem importante papel no custeio de diversos programas sociais do Governo Federal.

Poucos serviços públicos têm uma atuação tão abrangente quanto as loterias. Os milhões em prêmios distribuídos são uma fração dos recursos captados todo ano. Parcela significativa é revertida para a seguridade social, financiamento a alunos de curso superior, cultura, esportes e outras iniciativas para os cidadãos conforme quadro a seguir:

LOTÉRIAS DA CAIXA		
Prêmios e Repasses: Janeiro a Junho de 2002		
Prêmios Líquidos	443,7	% sobre o total
Repasses Gerais	774,5	repassado:
IR	181,0	12,0%
Fundo Nac. da Cultura	39,0	2,7%
Seguridade Social	231,0	16,0%
Crédito Educativo	93,0	6,6%
Clubes de Futebol	3,3	0,2%
Secretaria Nacional de. Esportes	3,5	0,2%
FUNPEN	39,0	2,7%
COB	22,0	1,5%
Comitê Paraolímpico	3,9	0,3%

7 - Recursos humanos

Ao final do semestre, a CAIXA contava com um quadro de pessoal composto por 55,9 mil empregados efetivos, sendo 30,6 mil ocupando cargos comissionados. Continuando com a política de atendimento à demanda extraordinária de serviços alinhada ao Modelo de Segmentação implantado, foram concedidas 9 mil bolsas de estágios e ofertadas 3 mil vagas a menores aprendizes e a 10,3 mil bancários temporários. Para o atendimento e pagamento dos créditos complementares do FGTS, foram contratados 5,2 mil bancários temporários.

A Caixa Econômica Federal recebeu no semestre o prêmio “e-Learning Brasil ABRH 2002”, na categoria Empresarial, por sua atuação na Universidade Corporativa. Esta é a primeira edição do prêmio, concedido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH - NACIONAL), com o objetivo de incentivar as empresas no aperfeiçoamento, desenvolvimento e implantação de programas de ensino por meio da mídia eletrônica. A idéia da educação corporativa atende à demanda - a curto e longo prazos - em relação à qualificação dos empregados, observando que tipo de profissional a organização precisará para manter um padrão de competitividade adequado aos novos tempos. Trata-se de uma nova forma de gestão de treinamento e desenvolvimento inteiramente voltada para as necessidades da empresa e que vem se difundindo no Brasil.

No conceito de ensino à distância, ainda recente no País, está prevista a utilização de novas tecnologias como uma das estratégias para democratizar e elevar o padrão de qualidade da educação. O prêmio da ABRH destacou as experiências pioneiras e bem-sucedidas na utilização de tecnologias nos processos de aprendizagem e desenvolvimento do ser humano e que são referências na consolidação desse conceito.

A Universidade CAIXA foi escolhida dentre os oito finalistas da categoria empresarial. Concorreram ao prêmio 22 organizações, entre bancos, operadores de telecomunicações, atacadistas, entidades de ensino e outras. Criada em janeiro de 2001, a Universidade CAIXA já formou cerca de 96% do seu corpo funcional, incluindo empregados, estagiários e prestadores de serviços, em diversos cursos relacionados às áreas de negócios da CAIXA, ministrados por meio da intranet.

De qualquer parte do País, os empregados da CAIXA podem acessar no computador todos os cursos disponíveis. O processo de capacitação dos empregados da CAIXA atingiu, no período, a marca de 144,8 mil participações.

8 - Finanças

Os avanços havidos na centralização do caixa, contemplando dispêndios, operações ativas e passivas consolidaram os esforços de tesouraria, otimizando a execução financeira da CAIXA.

As compras e vendas de ativos de bases imobiliárias, contemplando a aquisição de créditos do Fundo de Compensação das Variações Salariais - FCVS; a emissão de Letras de Crédito Imobiliário - LCI e a securitização de recebíveis ampliaram os negócios e operações de mercado vinculados ao crédito imobiliário.

O protocolo de cessão de créditos imobiliários no valor de R\$ 58 milhões, com a Companhia Brasileira de Securitização - CIBRASEC, será utilizado como lastro de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI a serem adquiridos pelo FGTS. Os CRI são títulos de crédito de livre negociação. A CAIXA originou as hipotecas e as venderá à CIBRASEC, obtendo os recursos necessários para aplicação em novos financiamentos habitacionais. Esta operação, além de dinamizar o mercado secundário de ativos imobiliários, gera maior liquidez para a CAIXA.

9 - Atuação sócio-cultural

O Atletismo é uma das modalidades esportivas que mais conquistou medalhas para o Brasil em jogos olímpicos: 12 no total. É também nessa modalidade - responsável por 98 medalhas brasileiras em jogos Pan-americanos e mais de três mil em campeonatos sul-americanos - que se encontra o único bicampeão olímpico da América do Sul, Adhemar Ferreira da Silva, falecido no início de 2001.

A CAIXA tornou-se, a partir de 2001, a “Patrocinadora Oficial do Atletismo Brasileiro”. Em 2002, estão sendo investidos R\$ 2 milhões em todas as modalidades do Atletismo e parte desses valores está sendo destinada diretamente a atletas e treinadores selecionados pela Confederação Brasileira de Atletismo - CBAAt, com base em parâmetros técnicos. Trata-se de uma ajuda de custo mensal que beneficia 104 desportistas, entre jovens talentos e atletas de alto nível.

Este patrocínio, além de proporcionar maiores chances de medalhas para o País, é mais um esforço para cumprimento da missão social da CAIXA, contribuindo para promover a educação por meio do esporte, revelar novos talentos e formar atletas, num processo integrado de crescimento físico, cognitivo e de cidadania.

Comunidade solidária

Há 141 anos a CAIXA participa do dia-a-dia dos brasileiros, promovendo o desenvolvimento social e econômico do País, na busca de soluções que apontem caminhos para a melhoria da qualidade de vida da população, em especial das comunidades carentes, de forma a encurtar distâncias e aproximar pessoas, tornando menores as distorções econômicas.

É com esse foco que a CAIXA prioriza projetos de grande alcance social, no âmbito de seus programas, e ainda apóia outras iniciativas desenvolvidas com o mesmo objetivo.

Em 2002, a CAIXA estará patrocinando dois grandes projetos dentro do Programa Comunidade Solidária, com investimentos da ordem de R\$ 868 mil.

Comunitas - Parcerias para o desenvolvimento solidário

Com o principal objetivo de criar mercado para os grupos e produção artesanal beneficiário do Projeto de Apoio ao Artesanato para Distribuição de Renda, patrocinado pela CAIXA desde o ano 2000, a parceria vem conseguindo agregar valor aos produtos por suas características sociais e culturais, garantindo a auto-sustentação do Projeto a partir do desenvolvimento de um sistema que gere recursos que possam ser aplicados em novas comunidades.

Programa alfabetização solidária

Um dos aspectos inovadores da Alfabetização Solidária é a articulação de um conjunto inédito de parcerias no Brasil. Ao inaugurar esse amplo processo de mobilização contra o analfabetismo, o Programa indicou um novo caminho para a organização de ações sociais, que se opõem às antigas fórmulas adotadas no País, caracterizadas pelo mero assistencialismo e pela ineficiência e obsolescência de políticas centralizadoras.

A CAIXA participa do Programa desde o seu início e, em 2002, a meta é atender 2.010 municípios em 19 Estados e abrir salas do Projeto Grandes Centros Urbanos em Belo Horizonte e São Luís, expandindo, assim, uma ação que já vem sendo executada em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Goiânia e Fortaleza. Pretende-se para este ano atender a 1,2 milhão de alunos, totalizando 3,6 milhões de cidadãos atendidos pelo Programa em seis anos de atuação.

Conjuntos culturais

Conjunto Cultural da CAIXA em Salvador - BA

Projeto Expresso Cultural CAIXA, em parceria com a Viação Itapemirim, que consiste em levar crianças de escolas da periferia, creches, orfanatos, idosos de asilos e cidadãos de outras instituições para visitas monitoradas às exposições.

Conjunto Cultural da CAIXA em São Paulo - SP

A CAIXA apóia dois projetos pedagógicos:

- Projeto Escola - 1º ato que oferece oficinas para alunos e capacita os professores acompanhantes a aplicarem as noções recebidas em suas escolas, objetivando uma apresentação teatral no final do ano. As oficinas são de cenário, figurino, adereços, história do teatro, expressão corporal, jogos teatrais/interpretação.

- Projeto Escola - museu, escola e família que contam com a visita monitorada e teatralizada, de alunos e seus familiares, à história da poupança, das loterias, do penhor, do funcionamento de uma agência de época, além de mostrar a importância da CAIXA na viabilização do sonho da casa própria.

Os dois projetos são direcionados exclusivamente para escolas indicadas pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Conjunto Cultural da CAIXA em Brasília - DF

Em parceria com a Universidade de Brasília - UnB, a CAIXA apóia o projeto Ver e Compreender que visa à formação de professores de Educação Artística da rede pública e complementação educacional de alunos da rede pública ou particular.

10 - Controles Internos e prevenção à lavagem de dinheiro

A CAIXA desenvolve permanentemente o seu Sistema de Controles Internos objetivando a busca da excelência nos seus negócios, com retorno do investimento ao seu controlador - o Tesouro Nacional e, em última instância, à sociedade brasileira - e a satisfação das necessidades dos seus clientes. Com este foco, utiliza ferramentas para implementar ações que mantenham, em todos os seus processos, serviços e sistemas, controles adequados, riscos minimizados, de modo a garantir a gestão de seus negócios e transações de forma segura, eficiente e eficaz.

Os Controles Internos são avaliados e monitorados de maneira a garantir a conformidade às normas, a mensuração do risco operacional, e a aderência das operações aos limites e contingenciamentos operacionais definidos pelo regulador do Sistema Financeiro Nacional.

A Empresa é dotada de um dos mais avançados sistemas de monitoração de transações financeiras com indícios de “lavagem de dinheiro”, verificado por órgãos internacionais, dentre os quais a Secretaria do Tesouro dos Estados Unidos da América.

A CAIXA, dentro de suas políticas institucionais e consciente da importância do assunto no cenário mundial e da sua estreita relação com os elevados riscos a que estão expostas as instituições financeiras, constituiu os Comitês de Risco Operacional e de Prevenção Contra os Crimes de Lavagem de Dinheiro, responsáveis por examinarem e deliberarem sobre matérias que visem, respectivamente, mitigar o risco operacional e prevenir a “lavagem de dinheiro” no âmbito da empresa.

11 - Avaliação de crédito

A busca permanente do equilíbrio operacional dos negócios concretizou-se no período com o incremento das ações de efetividade do processo de cobrança e de recuperação de crédito, com o crescimento de 8,2% de valores recuperados em relação ao mesmo período de 2001. A disponibilização de opções de pagamentos nos diversos canais de atendimento da CAIXA e a possibilidade de emissão de segunda via do boleto de cobrança por meio eletrônico contribuem de forma efetiva para os resultados alcançados.

A CAIXA vem desenvolvendo ferramentas estatísticas de mensuração da expectativa de perda na concessão de créditos comercial e habitacional, melhorando continuamente a qualidade dessas carteiras. A revisão e a atualização dos modelos de análise de risco de crédito são uma constante e condições essenciais para os avanços obtidos.

O acompanhamento da carteira e a aferição do comportamento da adimplência e da inadimplência em bancos de dados corporativos, contendo séries históricas, asseguram de forma eficaz e criteriosa a necessária qualidade aos créditos concedidos pela CAIXA.

12 - Governança corporativa

Os fundamentos da governança corporativa são adotados pela CAIXA com o objetivo de agregar resultados e minimizar riscos, observando-se os princípios fundamentais de contabilidade, um conjunto de controles internos e transparência no processo de tomada de decisões. As diretrizes estratégicas e as ações, em conformidade com as leis e atos regulamentares, fazem do acompanhamento da gestão econômico-financeira, das participações acionárias, das empresas coligadas, controladas e patrocinadas, com informações e análises sobre o desempenho das empresas, um complemento ao direcionamento das boas práticas de gestão.

Instituída no âmbito interno em junho, foi criada no mês subsequente a Ouvidoria CAIXA. Como mais um instrumento de governança corporativa, a nova unidade permitirá a integração do fluxo operacional e dos sistemas de informações dos serviços de atendimento ao cliente. Vinculada à presidência, tem entre suas atribuições, a de representar o cliente e o cidadão perante a CAIXA, promovendo a desburocratização dos canais de acesso e municiando os gestores e a alta administração com informações recebidas diretamente das fontes representadas. As informações coletadas pela Ouvidoria serão utilizadas para orientar melhorias em produtos e serviços e auxiliar na implantação de ações que otimizem a relação da CAIXA com seus clientes, empregados e público em geral.

Os avanços experimentados ao longo do período consumaram-se com a apresentação, pela primeira vez na história da CAIXA, do seu balanço patrimonial à Abamec - Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais, do Centro-Oeste. O procedimento inédito e só exigido para empresas privadas de capital aberto consolida um novo modelo de gestão na CAIXA, baseado na transparência dos resultados econômico-financeiros perante a sociedade, os investidores e os clientes. As próximas apresentações serão nas Abamec do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A Instituição fez recentemente a primeira publicação do seu balanço trimestral e contratou a agência Moody's para obtenção do seu rating internacional, classificação que será publicada periodicamente. O rating é essencial para que uma empresa participe do mercado internacional e faça, por exemplo, uma securitização externa de títulos com a emissão de eurobônus, atraia investidores para os programas de financiamento habitacional ou à compra de letras hipotecárias. A CAIXA foi designada no período pelo Banco Central como dealer dos Títulos Públicos Federais, demonstrando a confiança do regulador no sistema de rigidez financeira e nos mecanismos de controle da empresa.

13 - Agradecimentos

A Diretoria Colegiada reconhece os esforços do seu quadro funcional e de prestadores de serviços, bem como dos seus fornecedores, concretizados nas realizações aqui relatadas e cuja participação no dia-a-dia da CAIXA enaltece os nossos compromissos perante a sociedade brasileira. Agradece aos seus clientes, ao Governo Federal e a todos os cidadãos brasileiros, cuja satisfação crescente é fundamento estratégico da Instituição.



KPMG Auditores Independentes

Office address
SBS Quadra 2 - Bloco A - nº 1
Edifício Casa de São Paulo
70078-900 Brasília DF
Brazil

Central tel 55 (61) 223-2024
Fax 55 (61) 224-0473

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração da
Caixa Econômica Federal - CAIXA
Brasília - DF

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Caixa Econômica Federal - CAIXA levantados em 30 de junho de 2002 e 2001 e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos semestres findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames, exceto pelo assunto mencionado no parágrafo seguinte, foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da CAIXA; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da CAIXA, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. A CAIXA possui créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), correspondentes a contratos habitacionais, próprios e adquiridos de outros agentes, com cobertura do FCVS. A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação do FCVS. Atualmente, a CAIXA vem implementando um processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos. Por meio de nossos exames, constatamos que o atual estágio desse processo apresenta diversas inconsistências de dados e um conjunto de contratos pendentes de análise e conferência, situação que nos impossibilitou obter uma base adequada para avaliação de eventuais perdas decorrentes de contratos que serão considerados irregulares para efeito de cobertura do FCVS. Conseqüentemente, não foi praticável, nas circunstâncias, a realização de trabalhos adicionais que nos permitissem avaliar a suficiência da provisão para perdas, registrada na rubrica "Relações interfinanceiras - Créditos vinculados - Sistema Financeiro da Habitação", cujo valor, em 30 de junho de 2002, é de R\$ 1.908 milhões (R\$ 2.294 milhões em 30 de junho de 2001).

4. Em nossa opinião, exceto pelos eventuais efeitos decorrentes do assunto discutido no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal - CAIXA em 30 de junho de 2002 e 2001, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos semestres findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira e normas do Banco Central do Brasil no que se refere ao mencionado no parágrafo seguinte.
5. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5(a), CAIXA adotou, no semestre findo em 30 de junho de 2002, os novos critérios para registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos, determinados pelo Banco Central do Brasil.
6. A CAIXA, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 8(c), possui registrado em seu ativo o valor de R\$ 1.998 milhões (R\$ 1.890 milhões em 30 de junho de 2001), correspondente a créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, cuja realização e manutenção estão condicionadas à geração futura de lucros tributáveis e ao atendimento às regras definidas pela Circular BACEN nº 2.746/97, que determina, entre outros procedimentos, a reversão do crédito tributário na ocorrência de apuração de prejuízo fiscal de imposto de renda ou base negativa de contribuição social por três exercícios consecutivos.
7. Conforme mencionado nas Notas Explicativas nºs 15(a) e 15(b), a CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sob a alegação de falta de recolhimento de contribuição previdenciária sobre determinados pagamentos efetuados aos seus empregados, e pela Receita Federal, sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP. Consoante entendimento de suas áreas jurídica e tributária, que alegam não serem passíveis de incidência de contribuição previdenciária todas as verbas relacionadas pelo INSS, e em face das possibilidades de êxito na defesa da autuação referente ao PIS/PASEP, a administração da CAIXA entende não ser necessária a constituição de provisões para contingências referentes a essas autuações, complementares àquelas já existentes, no montante de R\$ 218 milhões (INSS) e R\$ 500 milhões (PIS/PASEP), em 30 de junho de 2002 (INSS - R\$ 314 milhões e PASEP - R\$ 500 milhões, em 30 de junho de 2001). Adicionalmente, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 8(a), a CAIXA possui valores a receber do INSS, que totalizam R\$ 294 milhões, em 30 de junho de 2002 (R\$ 334 milhões em 30 de junho de 2001), cuja liquidação poderá, segundo entendimento de sua administração, ser encaminhada com a solução do processo supracitado.



8. A CAIXA, conforme descrito na Nota Explicativa nº 1(b) realizou, em junho de 2001, diversas operações amparadas pela Medida Provisória nº 2.196-2, de 26 de julho de 2001 (anteriormente Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001), que introduziu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais. Essas operações consistiram, basicamente, na cessão de ativos de baixa rentabilidade e liquidez, e no aumento de capital no valor de R\$ 9.350 milhões, resultando no enquadramento da CAIXA aos níveis mínimos de patrimônio requeridos pela Autoridade Monetária. Adicionalmente, a CAIXA procedeu a diversos ajustes contábeis em atendimento às práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, bem como às normas do Banco Central do Brasil.

23 de agosto de 2002

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-014428/O-6-F

Francesco Luigi Celso
Contador CRC-SP-175.348/O-5-S-DF

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Balanços patrimoniais

em 30 de junho de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

Ativo	2002	2001	Passivo	2002	2001
Circulante	<u>26.356.002</u>	<u>33.073.930</u>	Circulante	<u>92.017.891</u>	<u>78.128.976</u>
Disponibilidades	<u>525.608</u>	<u>491.235</u>	Depósitos (Nota 11)	<u>72.689.713</u>	<u>64.860.800</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 4)	<u>3.986.754</u>	<u>861.131</u>	Depósitos à vista	4.087.659	3.381.878
Aplicações no mercado aberto	3.927.585	806.454	Depósitos de poupança	39.763.966	33.136.494
Aplicações em depósitos interfinanceiros	59.169	54.677	Depósitos interfinanceiros	20.009	15.871
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	<u>8.768.879</u>	<u>5.203.077</u>	Depósitos a prazo	25.372.029	25.522.715
Carteira própria	6.430.634	4.608.891	Depósitos especiais e de fundos e programas	3.444.011	2.803.775
Vinculados a compromissos de recompra	2.316.859	694.723	Depósitos em moeda estrangeira	2.039	67
Vinculados a prestação de garantias	6.719	-	Captações no mercado aberto	<u>4.534.959</u>	<u>694.723</u>
Instrumentos financeiros derivativos	14.667	-	Carteiraprópria	2.285.611	694.723
Provisões para desvalorizações	-	(100.537)	Carteirade terceiros	2.249.348	-
Relações interfinanceiras (Nota 6)	<u>7.904.656</u>	<u>6.840.528</u>	Recursos de aceites e emissões de títulos	<u>6.669.948</u>	<u>5.586.823</u>
Pagamentos e recebimentos a liquidar	630.818	602.636	Recursos de letras hipotecárias (Nota 12)	6.669.948	5.586.823
Créditos vinculados - depósitos no banco central	7.143.330	6.141.523	Relações interfinanceiras	<u>708.488</u>	<u>562.924</u>
Repasse interfinanceiros	-	1.944	Recebimentos e pagamentos a liquidar	708.387	560.565
Correspondentes	130.508	94.425	Correspondentes	101	2.359
Relações interdependências	<u>76.752</u>	<u>51.607</u>	Relações interdependências	<u>200.972</u>	<u>87.635</u>
Recursos em trânsito de terceiros	33.014	1.446	Recursos em trânsito de terceiros	86.129	81.217
Transferências internas de recursos	43.738	50.161	Transferências internas de recursos	114.843	6.418
Operações de crédito (Nota 7)	<u>3.340.319</u>	<u>16.129.328</u>	Instrumentos financeiros derivativos	<u>142.288</u>	<u>37.120</u>
Emprést. Títulos descont. e financiamentos:			Outras obrigações (Nota 15)	<u>7.071.523</u>	<u>6.298.951</u>
Setor público	268.630	13.631.321	Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	404.050	323.457
Setor privado	3.666.129	3.530.452	Carteira de câmbio	-	12.357
Financiamentos imobiliários	<u>363.089</u>	<u>231.240</u>	Sociais e estatutárias	129.051	-
Provisão para operações de créditos	<u>(957.529)</u>	<u>(1.263.685)</u>	Fiscais e previdenciárias	1.065.316	700.325
Outros créditos (Nota 8)	<u>816.877</u>	<u>2.214.539</u>	Negociação e intermediação de valores	84.766	4.095
Carteira de câmbio	-	12.357	Recursos para destinação específica:		
Rendas a receber	605.861	526.421	Obrigações de operações com loterias	265.914	215.342
Negociação e intermediação de valores	-	4.873	Obrigações por fundos e programas sociais	461.015	170.795
Créditos específicos	20.385	24.272	Obrigações por fundos financeiros e de desenvolvimento	307.958	271.677
Valores específicos	-	1.353.713	Diversas	4.353.453	4.600.903
Diversos	190.631	292.903	Exigível a longo prazo	<u>17.099.708</u>	<u>13.474.193</u>
Outros valores e bens (Nota 9)	<u>936.157</u>	<u>1.282.485</u>	Depósitos (Nota 11)	<u>821.481</u>	<u>1.265.092</u>
Outros valores e bens	1.342.793	1.612.757	Depósitos a prazo	821.481	1.265.092
Provisões para desvalorizações	(421.307)	(346.912)	Captações no mercado aberto	<u>3.619.472</u>	<u>468.992</u>
Despesas antecipadas	14.671	16.640	Carteiraprópria	243.811	156.336
Realizável a longo prazo	<u>84.613.998</u>	<u>60.145.657</u>	Carteirade terceiros	3.375.661	312.656
Aplicações interfinanc de liquidez (nota 4)	<u>4.398.031</u>	<u>2.040.855</u>	Recursos de aceites e emissões de títulos	<u>4.383.406</u>	<u>4.744.693</u>
Aplicações no mercado aberto	4.398.031	2.040.855	Recursos de letras imobiliárias	169.109	2
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	<u>39.895.741</u>	<u>16.305.098</u>	Recursos de letras hipotecárias (Nota 12)	4.214.297	4.744.691
Carteira própria	38.561.133	16.098.359	Obrigações por empréstimos (Nota 13)	<u>116.788</u>	<u>151.188</u>
Vinculados a compromissos de recompra	239.861	156.243	Empréstimos no exterior	116.788	151.188
Vinculados ao banco central	809.635	43.176	Obrigações por repasses do país - instituições oficiais (nota 14)	<u>4.429.115</u>	<u>3.624.296</u>
Vinculados a prestação de garantias	285.112	7.320	Tesouro nacional	421.177	477
Relações interfinanceiras (Nota 6)	<u>20.719.571</u>	<u>26.903.385</u>	BNDS	292.715	237.886
SFH - sistema financeiro da habitação	20.719.571	26.903.385	FGTS	3.391.716	3.236.352
Operações de crédito (Nota 7)	<u>14.905.369</u>	<u>10.751.460</u>	Outras	323.507	149.581
Emprést. Títulos desc. E financiamentos:			Outras obrigações (Nota 15)	<u>3.729.446</u>	<u>3.219.932</u>
Setor público	366.255	-	Obrigações por fundos e programas sociais	48.838	55.958
Setor privado	2.616.823	884.329	Diversas	3.680.608	3.163.974
Financiamentos imobiliários	13.419.637	11.855.112	Patrimônio líquido (Nota 17)	<u>4.301.135</u>	<u>4.189.927</u>
Financ. De infra-estrutura e desenvolvimento	401.273	326.178	Capital de domiciliados no país	3.345.727	12.350.000
Provisão para operações de créditos	(1.898.619)	(2.314.159)	Reservas de capital	54.973	54.973
Outros créditos (Nota 8)	<u>4.695.286</u>	<u>4.144.859</u>	Reservas de reavaliação	485.060	505.520
Rendas a receber	14.695	5.832	Reservas de lucros	28.222	230.282
Valores específicos	230.960	213.616	Reservas estatutárias	84.423	-
Diversos	4.796.145	3.934.513	Ajuste ao valor de mercado-tvm e derivativos	(126.680)	-
Provisão para outros créditos	(346.514)	(9.102)	Lucros (prejuízos) acumulados	429.410	(8.950.848)
Permanente (Nota 10)	<u>2.448.734</u>	<u>2.573.509</u>			
Investimentos (Nota 10(a))	<u>226.903</u>	<u>208.610</u>			
Particip. em coligadas e controladas no país	190.081	180.473			
Outros investimentos	58.544	52.176			
Provisão para perdas	(21.722)	(24.039)			
Imobilizado de uso	<u>1.601.860</u>	<u>1.699.677</u>			
Imóveis de uso	342.882	333.721			
Reavaliações de imóveis de uso	701.616	713.349			
Outras imobilizações de uso	1.420.745	1.420.678			
Depreciações acumuladas	(863.383)	(768.071)			
Diferido (Nota 10(b))	<u>619.971</u>	<u>665.222</u>			
Gastos de organização e expansão	1.133.832	994.743			
Amortizações acumuladas	(513.861)	(329.521)			
	<u>113.418.734</u>	<u>95.793.096</u>		<u>113.418.734</u>	<u>95.793.096</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações de resultados

Semestres findos em 30 de junho de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

	2002	2001
Receitas da intermediação financeira	<u>7.150.578</u>	<u>6.566.986</u>
Operações de crédito	1.695.746	4.157.023
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	4.368.087	1.156.703
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(83.555)	(17.365)
Resultado de câmbio	406	274
Resultado das aplicações compulsórias	1.169.894	1.270.351
Despesas da intermediação financeira	<u>(4.214.922)</u>	<u>(7.912.132)</u>
Operações de captação no mercado	(3.839.374)	(2.809.344)
Operações de empréstimos, cessões e repasses	(200.436)	(2.289.249)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(175.112)	(2.813.539)
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>2.935.656</u>	<u>(1.345.146)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>(2.190.590)</u>	<u>(2.834.332)</u>
Receitas de prestação de serviços	2.016.161	1.449.348
Resultado de participações em coligadas e controladas	29.396	31.487
Despesas de pessoal	(1.703.588)	(1.673.243)
Outras despesas administrativas	(1.573.948)	(1.431.106)
Despesas tributárias	(312.572)	(183.345)
Outras receitas operacionais (Nota 19 (a))	744.351	3.476.359
Outras despesas operacionais (Nota 19 (a))	<u>(1.390.390)</u>	<u>(4.503.832)</u>
Resultado operacional	<u>745.066</u>	<u>(4.179.478)</u>
Resultado não operacional	<u>(61.416)</u>	<u>(214.135)</u>
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	<u>683.650</u>	<u>(4.393.613)</u>
Imposto de renda	(34.098)	-
Contribuição social	(85.118)	-
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	<u>564.434</u>	<u>(4.393.613)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

Eventos	Reservas de capital			Reserva de reavaliação	Reserva de lucros	Ajuste valor de mercado	Lucros/prejuízos acumulados	Total
	Capital	Reserva especial Lei nº 8.200	Outras					
Em 1º de janeiro de 2001	3.000.000	54.973	10	513.746	168.995	-	(667.700)	3.070.024
Ajustes de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(3.838.423)	(3.838.423)
Aumento de capital	9.350.000	-	-	-	-	-	-	9.350.000
Reversão de reservas	-	-	(10)	(2.068)	-	-	-	(2.078)
Encargos tributários s/ reavaliação	-	-	-	4.017	-	-	-	4.017
Realização de reserva	-	-	-	(10.175)	-	-	10.175	-
Prejuízo no semestre	-	-	-	-	-	-	(4.393.613)	(4.393.613)
Destinações do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	61.287	-	(61.287)	-
Em 30 de junho de 2001	<u>12.350.000</u>	<u>54.973</u>	<u>-</u>	<u>505.520</u>	<u>230.282</u>	<u>-</u>	<u>(8.950.848)</u>	<u>4.189.927</u>
Em 1º de janeiro de 2002	<u>12.350.000</u>	<u>54.973</u>	<u>-</u>	<u>490.770</u>	<u>316.375</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.891.469</u>
Ajustes de exercícios anteriores (Nota 5(a))	-	-	-	-	-	-	96.635	96.635
Ajustes ao valor de mercado-tvm e derivativos	-	-	-	-	-	(126.680)	-	(126.680)
Aumento de capital	316.375	-	-	-	(316.375)	-	-	-
Redução de capital	(9.320.648)	-	-	-	-	-	-	-
Reversão de reservas	-	-	-	(79)	-	-	9.320.648	(79)
Encargos tributários s/reavaliação	-	-	-	3.742	-	-	-	3.742
Reserva de reav em coligadas/controladas	-	-	-	665	-	-	-	665
Realização de reserva	-	-	-	(10.038)	-	-	10.038	-
Lucro líquido no semestre	-	-	-	-	-	-	564.434	564.434
Destinações do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-	112.645	-	(112.645)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(129.051)	(129.051)
Em 30 de junho de 2002	<u>3.345.727</u>	<u>54.973</u>	<u>-</u>	<u>485.060</u>	<u>112.645</u>	<u>(126.680)</u>	<u>(126.680)</u>	<u>4.301.135</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Demonstrações das origens e aplicações de recursos

Semestres findos em 30 de junho de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

	2002	2001
Origens de recursos	<u>14.649.439</u>	<u>59.156.257</u>
Lucro do semestre	<u>757.900</u>	<u>-</u>
Lucro líquido do semestre	564.434	-
Depreciações e amortizações	222.862	-
Resultado de participações em coligadas e controladas	(29.396)	-
Aumento de capital	<u>-</u>	<u>9.350.000</u>
Encargos tributários de reavaliação	<u>3.742</u>	<u>4.017</u>
Realização de reserva - coligadas/controladas	<u>665</u>	<u>-</u>
Ajuste ao valor de mercado de exercícios anteriores	<u>97.558</u>	<u>-</u>
Títulos para negociação	3.429	-
Títulos disponíveis para venda	9.853	-
Títulos mantidos até o vencimento	84.276	-
Recursos originários de:	<u>13.788.310</u>	<u>47.509.608</u>
Aumento dos subgrupos do passivo	<u>12.601.038</u>	<u>6.597.833</u>
Depósitos	4.253.928	3.005.228
Captações no mercado aberto	5.587.918	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	887.957	1.365.062
Relações interfinanceiras	640.151	516.016
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	1.088.796	-
Instrumentos financeiros e derivativos	142.288	-
Outras obrigações	-	1.711.527
Diminuição dos subgrupos do ativo	<u>1.187.272</u>	<u>40.911.775</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	382.740
Relações interdependências	14.923	-
Operações de crédito	-	38.729.616
Outros créditos	1.019.786	1.648.214
Outros valores e bens	152.563	151.205
Alienação de bens e investimentos:	<u>1.264</u>	<u>193.774</u>
Investimentos	-	3.506
Imobilizado	1.264	190.268
Baixas no diferido	<u>-</u>	<u>2.098.858</u>
Aplicações de recursos	<u>14.600.281</u>	<u>58.993.080</u>
Prejuízo do semestre	<u>-</u>	<u>4.172.122</u>
Prejuízo líquido do semestre	-	4.393.613
Depreciações e amortizações	-	(252.978)
Resultado de participações em coligadas e controladas	-	31.487
Reversão de reservas	<u>79</u>	<u>2.078</u>
Ajustes de exercícios anteriores	<u>-</u>	<u>3.838.423</u>
Ajustes ao valor de mercado - TVM e derivativos	<u>126.680</u>	<u>-</u>
Ajustes ao valor de mercado - Swap	<u>923</u>	<u>-</u>
Inversões em:	<u>64.476</u>	<u>140.470</u>
Investimentos	3.100	7.686
Imobilizado	61.376	132.784
Aplicações no diferido	<u>113.217</u>	<u>261.728</u>
Recursos aplicados em:	<u>14.165.855</u>	<u>50.578.259</u>
Aumento dos subgrupos do ativo	<u>13.243.234</u>	<u>12.573.378</u>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.561.034	-
Títulos e valores mobiliários	6.032.237	11.225.688
Relações interfinanceiras	1.681.415	1.340.348
Relações interdependências	-	7.342
Operações de crédito	1.968.548	-
Outros créditos	-	-
Diminuição dos subgrupos do passivo	<u>922.621</u>	<u>38.004.881</u>
Captações no mercado aberto	-	149.183
Relações interdependências	191.011	263.719
Obrigações por empréstimos	254.862	9.473.309
Obrigações por repasses do país - instituições oficiais	-	28.118.670
Outras obrigações	476.748	-
Dividendos provisionados	<u>129.051</u>	<u>-</u>
Aumento das disponibilidades	<u>49.158</u>	<u>163.177</u>
Modificações nas disponibilidades		
Início do período	476.450	328.058
Fim do período	<u>525.608</u>	<u>491.235</u>
Aumento das disponibilidades	<u>49.158</u>	<u>163.177</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2002 e 2001

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A CAIXA é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda e sujeita às normas gerais, às decisões e à disciplina normativa emanadas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). O capital da CAIXA pertence integralmente à União e, no contexto macroeconômico, a gestão econômico-financeira da Empresa se insere no conjunto das decisões do Governo Federal.

a. Áreas de atuação

A CAIXA está autorizada a atuar em atividades relativas a crédito imobiliário, a saneamento básico, à infra-estrutura urbana, a bancos comerciais, além da prestação de serviços de natureza social, delegada pelo Governo Federal.

No exercício dessas atividades, a CAIXA executa a captação de recursos em cadernetas de poupança, em letras hipotecárias, em depósitos judiciais, depósitos à vista e a prazo, além de executar a aplicação em empréstimos vinculados, substancialmente, à habitação, incluindo operações de repasses do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A CAIXA exerce a administração de loterias, de fundos e de programas, dentre os quais destacam-se o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social (FAS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS) e o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). Os fundos e os programas administrados são entidades jurídicas independentes geridas por regulamentação específica, possuindo contabilidade própria, sendo suas operações apresentadas em demonstrações financeiras segregadas.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Operações no âmbito do programa de fortalecimento das instituições financeiras federais

- i.** A CAIXA realizou no 1º semestre de 2001 diversas operações amparadas pela Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001 (anteriormente Medida Provisória nº 2.155, de 22 de junho de 2001) que introduziu o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, essas operações estão resumidas a seguir:
 - a.** Cessão da totalidade da carteira de crédito imobiliário com cobertura e de parte da carteira sem cobertura do Fundo de Compensação das Variações Salariais (FCVS) para a Empresa Gestora de Ativos - EMGEA (empresa criada pelo Decreto nº 3.848, de 26 de junho de 2001) pelo valor contábil, que corresponde a R\$ 26.613.556, líquido de provisões, cujo pagamento foi realizado por meio de assunção de dívida da CAIXA com o FGTS (R\$ 26.188.122), FAHBRE (R\$ 382.710) e FDS (R\$ 42.724).
 - b.** Aquisição pela União de créditos representativos de contratos de “Saneamento e Infra-estrutura Urbana” e de Habitação, concedidos com recursos do FGTS, pelo valor contábil de R\$ 8.198.347, líquido de provisões, com pagamento mediante a emissão de Letras Financeiras do Tesouro (LFT).
 - c.** Aumento de capital no valor de R\$ 9.350.000, mediante assunção pela União da dívida da CAIXA com o BACEN, referente aos empréstimos do PROER.
 - d.** Permuta com a União de créditos concedidos pela CAIXA referentes à Lei nº 8.727/93 (refinanciamento de dívidas estaduais e municipais) por Letras Financeiras do Tesouro (LFT), pelo valor contábil de R\$ 12.999.999.
 - e.** troca com a União dos títulos CVS no valor de R\$ 5.671.495 recebidos em decorrência da novação de créditos com o FCVS, por Letras Financeiras do Tesouro (LFT).
 - f.** Liquidação antecipada de parte da dívida da CAIXA com o FGTS, com a utilização de títulos CVS, no montante de R\$ 6.000.000.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- ii. Adicionalmente, a CAIXA efetuou ajustes contábeis com o objetivo de atender às práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, bem como às normas do Banco Central do Brasil. Os principais ajustes ocorridos na reestruturação patrimonial no mês de junho de 2001 estão assim resumidos:

	Patrimônio líquido (*)	Resultado
- Reversão da Reserva de Risco de Crédito das Operações do FGTS, tendo em vista que a União assumiu o risco de crédito para as operações efetuadas até 1º de junho de 2001 (Nota 16(b))	-	2.541.482
- Provisão para perdas FCVS a receber	-	(2.174.127)
- Provisão adicional de risco de crédito para atendimento à Resolução nº 2.682/99	-	(2.280.458)
- Provisão adicional para Outros Valores e Bens	-	(174.671)
- Amortização de 100% do diferido decorrente dos descontos em liquidações antecipadas de financiamentos SFH	(2.098.858)	107.766
- Provisão para complemento do passivo com a FUNCEF (Nota 15(c))	(1.738.745)	(84.414)
- Provisões para contingências	-	(1.722.513)
- Outras	(820)	-
	<u>(3.838.423)</u>	<u>(3.786.935)</u>

(*) Ajustes de exercícios anteriores

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são de responsabilidade da administração e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis estão assim resumidas:

a. Apuração do resultado

Apurado pelo regime de competência de exercícios.

b. Ativo circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos e, quando aplicável, ajustado pelo valor de mercado ou de realização. Inclui créditos tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social, decorrentes de prejuízos fiscais, adições temporárias e bases de cálculo negativas.

Títulos e Valores Mobiliários - O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio da Circular nº 3.068/2001, estabeleceu um conjunto de novos critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários que passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- Títulos para negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados freqüentemente e de forma ativa, sendo ajustados a valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- Títulos disponíveis para venda: títulos e valores mobiliários que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor de mercado, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido denominada “Ajuste ao Valor de Mercado TVM e Derivativos”, líquidos dos correspondentes efeitos tributários, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na data de negociação no resultado, em contrapartida à conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- Títulos mantidos até o vencimento: títulos e valores mobiliários para os quais a administração possui a intenção e a capacidade financeira de os manter até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

Instrumentos Financeiros Derivativos - Da mesma forma, de acordo com a Circular nº 3.082 de 30 de janeiro de 2002 e regulamentações posteriores, em 30 de junho de 2002, os instrumentos financeiros derivativos passaram a ser classificados na data de sua aquisição de acordo com a intenção da administração para fins ou não de proteção “hedge”.

As operações que utilizam instrumentos financeiros efetuadas por solicitação de clientes, por conta própria ou que não atendam aos critérios de proteção (principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco) são ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros, e que sejam altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato e considerado efetivo na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como “hedge” de acordo com sua natureza:

- Hedge de Risco de Mercado - Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente no resultado.
- Hedge de Fluxo de Caixa - A parcela efetiva de hedge dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é ajustada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, dos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente no resultado.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Permanente

Apresentado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, combinado com os seguintes aspectos:

- reavaliações de imóveis efetuadas em outubro de 1998;
- provisões para desvalorizações de outros investimentos, quando aplicável;
- a depreciação do imobilizado é computada pelo método linear, a taxas anuais que consideram as estimativas de vida útil econômica dos bens, sendo imóveis de uso - 4%, equipamentos - 10%, veículos - 20% e outros bens de uso - 10% a 20%; e
- a amortização do diferido é calculada pelo método linear no prazo de até 10 (dez) anos em 2000 e de até 5 (cinco) anos a partir de 2001.

d. Passivo circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo os encargos e variações monetárias “pro rata” dia e cambiais incorridos.

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, foi constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida de 10%, a título de adicional, conforme limite estabelecido em Lei. A provisão para contribuição social, quando aplicável, foi constituída à alíquota de 9%, incidindo sobre o lucro antes do imposto de renda.

A contribuição ao PASEP foi calculada à alíquota de 0,65% e a contribuição à COFINS foi apurada à alíquota de 3%, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

4 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As Aplicações Interfinanceiras de Liquidez são avaliadas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, e ajustadas ao valor de mercado.

	2002	2001
Aplicações no mercado aberto	<u>8.325.616</u>	<u>2.847.309</u>
Posição Bancada	2.704.209	2.534.652
Letras Financeiras do Tesouro	53.682	1.262.444
Letras do Tesouro Nacional	1.570.034	
Notas do Tesouro Nacional	995.347	74.021
Notas do Banco Central	85.146	1.198.187
Posição Financiada	5.621.407	312.657
Letras Financeiras do Tesouro	65.171	60.012
Letras do Tesouro Nacional	671.396	
Notas do Tesouro Nacional	2.701.451	52.520
Notas do Banco Central	2.183.389	200.125
Aplicações em depósitos interfinanceiros	<u>59.169</u>	<u>54.677</u>
	<u>8.384.785</u>	<u>2.901.986</u>

5 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

a. Novo critério de avaliação e classificação contábil

O Banco Central do Brasil (BACEN), por meio das Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, estabeleceu um conjunto de novos critérios para registro e avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos que passaram a ser classificados de acordo com a intenção da administração.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Em função da adaptação às novas regras determinadas pelas Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002, e regulamentações posteriores, efetuamos o ajuste decorrente da aplicação dos novos critérios de classificação da carteira de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, considerando o valor de mercado em 31 de dezembro de 2001. Dessa forma, reconhecemos os seguintes ajustes:

Categoria	Lucros/prejuízos acumulados
Títulos para negociação	
Ajuste positivo ao valor de mercado	3.429
Títulos disponíveis para venda	
Reversão de provisão - dezembro de 2001	9.853
Títulos mantidos até o vencimento	
Reversão de provisão - dezembro de 2001	84.276
Instrumentos Financeiros Derivativos	
Ajuste ao valor de mercado	(923)
	<u>96.635</u>

b. Ajuste ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda

Títulos disponíveis para venda	Ajuste positivo	Ajuste negativo	Ajuste líquido no patrimônio
Letras financeiras do Tesouro	-	(76.573)	(76.573)
Letras do Tesouro Nacional	500		500
Notas do Tesouro Nacional	4.819	(19.150)	(14.331)
Notas do Banco Central	2.593	(4.109)	(1.516)
Debêntures Siderbrás	259		259
Títulos da Dívida Agrária	7	(235)	(228)
CVS	904	(122)	782
Cotas FDS	639		639
Cotas FND	-	(36.212)	(36.212)
	<u>9.721</u>	<u>(136.401)</u>	<u>(126.680)</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Impactos no lucro líquido e no patrimônio líquido sem os efeitos das Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002

Demonstramos, a seguir, o valor do lucro líquido e do Patrimônio Líquido do semestre encerrado em 30 de junho de 2002, sem os efeitos provocados pelas Circulares nºs 3.068/2001 e 3.082/2002 do BACEN:

	Lucro líquido	Patrimônio líquido
Saldos com os efeitos da aplicação das circulares	564.434	4.301.135
Ajuste positivo ao valor de mercado dos títulos para negociação	(1.278)	(3.429)
Ajuste ao valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	(126.548)	116.827
Ajuste ao valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento	(1.186.000)	(84.276)
Ajuste ao valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos	(18.684)	923
Ajuste total no resultado do semestre	<u> -</u>	<u>(1.332.510)</u>
Saldos sem os efeitos da aplicação das circulares	<u>(768.076)</u>	<u>2.998.670</u>

d. Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Categoria	2002
Títulos para negociação	8.563.413
Títulos disponíveis para venda	4.469.016
Títulos mantidos até o vencimento	35.617.524
Instrumentos financeiros derivativos	<u>14.667</u>
	<u>48.664.620</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

e. Composição da carteira de títulos e valores mobiliários

	2002	2001
Carteira própria	<u>44.991.767</u>	<u>20.707.250</u>
Títulos de renda fixa	<u>44.695.162</u>	<u>20.390.977</u>
Letras Financeiras do Tesouro	40.274.257	14.693.433
Letras do Tesouro Nacional	2.378.522	3.507.993
Notas do Tesouro Nacional	548.364	291.842
Notas do Banco Central	163.861	132.721
Certificado Financeiro do Tesouro	801.748	810.567
Créditos Securitizados	505.900	928.523
Outros títulos	22.510	25.898
Cotas de fundos de investimentos	<u>296.605</u>	<u>316.273</u>
Títulos vinculados	<u>3.658.186</u>	<u>901.462</u>
Operações compromissadas	<u>2.556.720</u>	<u>850.966</u>
Letras Financeiras do Tesouro	141.718	850.966
Letras do Tesouro Nacional	2.415.002	
Banco Central	<u>809.635</u>	<u>43.176</u>
Letras Financeiras do Tesouro	809.635	43.176
Prestação de Garantias	<u>291.831</u>	<u>7.320</u>
Letras Financeiras do Tesouro	291.831	7.320
Instrumentos financeiros derivativos	<u>14.667</u>	<u>-</u>
	<u>48.664.620</u>	<u>21.608.712</u>
Provisão para desvalorização	<u>-</u>	<u>(100.537)</u>
	<u>48.664.620</u>	<u>21.508.175</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

f. Classificação consolidada por categorias e prazos:

Títulos	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor contábil	Valor de custo atualizado	Valor de mercado
Títulos para negociação	<u>7.017.658</u>	<u>42.174</u>	<u>1.503.581</u>	<u>-</u>	<u>8.563.413</u>	<u>8.694.954</u>	<u>8.563.413</u>
Letras Financeiras do Tesouro	2.226.378	42.174	1.318.043		3.586.595	3.661.277	3.586.595
Letras do Tesouro Nacional	4.679.644				4.679.644	4.736.755	4.679.644
Notas do Tesouro Nacional	111.636		185.538		297.174	296.922	297.174
Títulos disponíveis para venda	<u>190.799</u>	<u>1.895.922</u>	<u>983.082</u>	<u>1.399.213</u>	<u>4.469.016</u>	<u>4.595.696</u>	<u>4.469.016</u>
Letras Financeiras do Tesouro	70.904	1.524.424	656.480	222.048	2.473.856	2.550.427	2.473.856
Letras do Tesouro Nacional		113.880			113.880	113.380	113.880
Notas do Tesouro Nacional		98.307	73.471	28.100	199.878	214.210	199.878
Notas do Banco Central	49.683	39.003	75.175		163.861	165.377	163.861
CFT	59.727	104.752	104.752	532.517	801.748	801.748	801.748
CVS				312.262	312.262	311.481	312.262
TBA	9.547	2.142			11.689	11.689	11.689
ELET			72.727		72.727	72.727	72.727
TDA	938	953	477	499	2.867	3.095	2.867
Debêntures Siderbrás		12.461			12.461	12.202	12.461
Títulos estaduais - Div. Ref. p/ União				7.182	7.182	7.182	7.182
Cotas do FDS				8.952	8.952	8.313	8.952
Cotas do FND				287.653	287.653	323.865	287.653
Títulos mantidos até o vencimento	<u>-</u>	<u>24.997.239</u>	<u>10.568.973</u>	<u>51.312</u>	<u>35.617.524</u>	<u>35.617.524</u>	<u>34.347.248</u>
Letras Financeiras do Tesouro		24.997.239	10.459.751		35.456.990	35.456.990	34.194.848
Notas do Tesouro Nacional				51.312	51.312	51.312	51.312
SUNA			109.222		109.222	109.222	101.088
Instrumentos financeiros derivativos	<u>14.667</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.667</u>	<u>14.667</u>	<u>14.667</u>
Total	<u>7.223.124</u>	<u>26.935.335</u>	<u>13.055.636</u>	<u>1.450.525</u>	<u>48.664.620</u>	<u>48.922.841</u>	<u>47.394.344</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

g. Instrumentos financeiros derivativos

As operações realizadas pela CAIXA, envolvendo derivativos, visam a atender às necessidades próprias e de seus clientes e, também, reduzir os riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada pela definição de estratégias de operação, estabelecimento de sistemas de controles internos e determinação de limites das posições.

As posições desses derivativos, que se referem a contratos de “swap”, têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais. O valor referencial dessas operações é de R\$ 9.010.873 (2001 - R\$ 8.404.516) o diferencial a pagar nessa data monta a R\$ 76.382 (2001 - R\$ 37.120) e o diferencial a receber a R\$ 747 (2001 - R\$ 86), registrados nas rubricas “Negociação e Intermediação de Valores”, “Operações de swap - diferencial a pagar e diferencial a receber”, respectivamente.

6 Créditos vinculados

- a.** Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista.
- b.** A rubrica “SFH - Sistema Financeiro da Habitação” inclui os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS, no montante, líquido de provisões, de R\$ 20.700.575, conforme demonstrativo a seguir, (2001 - R\$ 26.809.998), que estão em processo de novação com aquele Fundo. Atualmente, esses contratos rendem juros de até 6,17% ao ano e atualização monetária de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR).

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Especificação	Valor em 30 de junho de 2002
- Créditos originados na CAIXA	11.869.430
- Créditos recebidos em dação de pagamento	3.191.529
- Adquiridos de terceiros internalizados	4.344.282
- Adquiridos e administrados por terceiros	3.202.990
	22.608.231
- Provisão possíveis perdas e rejeições	(1.907.656)
	<u>20.700.575</u>

Em decorrência de compromisso assumido pela União, no sentido de permuta dos CVS gerados na novação, por títulos públicos federais, em dezembro de 2002 e 2003, por seus valores de face, não foi necessária a marcação a mercado desses créditos.

O processo de novação é precedido das fases de habilitação e homologação junto ao FCVS, ocasiões em que são feitas análises de consistência de valores e documentações pertinentes, podendo ocorrer rejeições.

Para os créditos adquiridos de terceiros, há cláusula de pró-solvência nos contratos, prevendo a recomposição dos valores por parte dos cedentes em casos de rejeição. Para cobertura das rejeições nos demais créditos, bem como em complemento à garantia prevista nos contratos acima citados, há provisão para perdas no montante de R\$ 1.907.656 (2001 - R\$ 2.293.931).

Esta provisão foi constituída levando em conta expectativa de rejeição em torno de 7%, fundamentada em estudos realizados com base nas novações já realizadas. Atualmente, em razão dos volumes de créditos já novados e das características dos créditos remanescentes, referidos estudos estão sendo revisados.

Em 2001, foram securitizados R\$ 2.398.838, referentes aos processos de novação de dívida com o FCVS do período de dezembro de 1999 a dezembro de 2000, e R\$ 8.069.527 referentes aos processos de novação de 2001.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

7 Carteira de crédito

a. Composição das carteiras de crédito por tipo de operação

Descrição	2002	2001
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos (1)	6.282.952	4.414.781
Financiamentos - Lei nº 8.727/93 (2)	634.885	13.631.321
Financiamentos Imobiliários	13.782.726	12.086.352
Financiamentos de Infra-Estrutura e Desenvolvimento	401.273	326.178
Outros créditos (registrado na rubrica outros créditos)	<u>1.414.204</u>	<u>914.415</u>
	<u>22.516.040</u>	<u>31.373.047</u>

1. Inclui ativos referentes à carteira de financiamentos de crédito educativo no valor de R\$ 893.823 (2001 - R\$ 1.403.324), concedidos no âmbito do Programa de Crédito Educativo de que trata a Lei nº 8.436/1992, que tiveram a sua titularidade transferida para o FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior, conforme a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (anteriormente Medida Provisória nº 2.094-28/2001), que a CAIXA adquiriu em junho de 1999. O VOTO 071/1999 do Conselho Monetário Nacional, de 30 de junho de 1999, habilitou a CAIXA a adquirir os referidos créditos, que são valorizados à taxa de juros média de 6% a.a. e prazo médio de 12 anos.
2. Refere-se a financiamentos ao setor público no valor de R\$ 634.885 (2001 - R\$ 13.631.321), referentes aos contratos de refinanciamento de dívidas dos governos estaduais e municipais, com base na Lei nº 8.727/93, sendo a União responsável pela sua liquidação. A Medida Provisória nº 2.181-45 (anteriormente Medida Provisória nº 2.103-42), de 24 de agosto de 2001, autorizou a União a antecipar a liquidação desses contratos. Sobre esses contratos incidem juros anuais de até 12%, mais atualização de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR). Essas operações de refinanciamento estão garantidas pelo Fundo de Participação dos Estados e municípios.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Composição por setor de atividade das operações de crédito

Descrição	2002	2001
Setor público federal	<u>642.254</u>	<u>13.649.814</u>
Governo - Administração indireta	7.183	18.031
Atividades Empresariais - Intermediários financeiros	635.071	13.631.783
Setor público estadual	<u>1.126.049</u>	<u>888.207</u>
Governo	<u>865.143</u>	<u>751.227</u>
Administração direta	199.060	178.631
Administração indireta	666.083	572.596
Atividades Empresariais	<u>260.906</u>	<u>136.980</u>
Indústria	252.667	125.102
Intermediários Financeiros	5.445	11.878
Companhias habitacionais	2.794	
Setor público municipal	<u>132.716</u>	<u>120.010</u>
Governo	<u>60.965</u>	<u>117.490</u>
Administração direta	60.369	117.490
Administração indireta	596	
Atividades Empresariais - indústria	<u>71.751</u>	<u>2.520</u>
Setor privado	<u>20.615.021</u>	<u>16.715.016</u>
Indústria	93.034	48.171
Comércio	650.906	444.756
Intermediários Financeiros	1.547	571
Outros Serviços	937.906	309.622
Pessoas Físicas	5.028.297	3.956.114
Habitação - PF/PJ	<u>13.903.331</u>	<u>11.955.782</u>
	<u>22.516.040</u>	<u>31.373.047</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

c. Concentração dos principais devedores

	<u>Em 30 de junho de 2002</u>	
	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	666.083	2,96
10 maiores devedores	2.308.616	10,25
20 maiores devedores	2.442.852	10,85
50 maiores devedores	2.552.687	11,34
100 maiores devedores	2.611.464	11,60

d. Composição das operações de crédito por faixa de vencimento

	<u>Em 30 de junho de 2002</u>		
	Setor público	Setor privado	Total
Curto prazo	<u>268.630</u>	<u>4.029.218</u>	<u>4.297.848</u>
De 0 a 30 dias	93.283	2.071.662	2.164.945
De 31 a 90 dias	172	758.374	758.546
De 91 a 360 dias	175.175	1.199.182	1.374.357
Longo prazo	<u>1.632.388</u>	<u>16.585.804</u>	<u>18.218.192</u>
De 1 ano até 3 anos	8.863	2.586.733	2.595.596
De 3 anos até 5 anos	4.281	1.072.010	1.076.291
De 5 anos até 15 anos	1.467.734	5.826.287	7.294.021
Mais de 15 anos	151.510	7.100.774	7.252.284
Total geral	<u>1.901.018</u>	<u>20.615.022</u>	<u>22.516.040</u>
Total normal	<u>1.807.735</u>	<u>17.887.763</u>	<u>19.695.498</u>
Total vencido	<u>93.283</u>	<u>2.727.259</u>	<u>2.820.542</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

e. Classificação por níveis de risco das operações de crédito

Risco	Empréstimos títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos imobiliários	Outros créditos	Total	%
AA	369.184		888.819	1	1.258.004	5,59
A	831.130	71.980	4.432.566	904.254	6.239.930	27,71
B	557.658	161.481	1.560.454		2.279.593	10,12
C	1.024.730	1.006.356	2.710.193	852	4.742.131	21,06
D	922.037	524.818	3.830.849	196.005	5.473.709	24,31
E	77.211	21.437	299.578	454	398.680	1,77
F	44.703	102.392	151.970	2.983	302.048	1,34
G	55.387	18.860	107.258	1	181.506	0,81
H	<u>267.558</u>	<u>226.030</u>	<u>837.197</u>	<u>309.654</u>	<u>1.640.439</u>	<u>7,29</u>
	<u>4.149.598</u>	<u>2.133.354</u>	<u>14.818.884</u>	<u>1.414.204</u>	<u>22.516.040</u>	<u>100,00</u>

f. Composição da provisão para operações de crédito por níveis de risco

No período de 1996 a maio de 2001, a provisão para operações de crédito, relativa a financiamentos habitacionais e repasses de agências de desenvolvimento, saneamento básico e infra-estrutura urbana, foi constituída apenas sobre as parcelas em atraso. A partir de junho de 2001, a provisão para operações de crédito e outros créditos passou a ser constituída integralmente com base na Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 2.682/1999.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Os valores provisionados até 30 de junho de 2002 apresentam a seguinte composição:

Risco	Empréstimos títulos descontados	Financiamentos	Financiamentos imobiliários	Outros créditos	Total	%
A	4.154	360	22.164	4.522	31.200	0,97
B	8.574	3.615	21.512		33.701	1,05
C	46.065	32.191	125.427	26	203.709	6,36
D	242.938	99.349	522.962	30.682	895.931	27,97
E	23.164	6.432	89.871	137	119.604	3,73
F	22.352	51.196	75.984	1.492	151.024	4,72
G	38.771	13.202	75.080	1	127.054	3,97
H	<u>267.558</u>	<u>226.030</u>	<u>837.197</u>	<u>309.654</u>	<u>1.640.439</u>	<u>51,22</u>
	<u>653.576</u>	<u>432.375</u>	<u>1.770.197</u>	<u>346.514</u>	<u>3.202.662</u>	<u>100,00</u>

g. Movimentação da provisão para operações de crédito

	2002	2001
Saldo inicial	3.722.470	4.091.362
Constituições	752.893	3.517.750
Reversões	(577.781)	(704.211)
Baixas contra provisão	(694.920)	(3.317.955)
	<u>3.202.662</u>	<u>3.586.946</u>

h. Créditos renegociados, lançados a prejuízo e recuperados

	2002	2001
Valor das operações renegociadas no semestre	335.113	578.893
Valor das operações lançadas a prejuízo no semestre	359.875	413.577
Valor das operações recuperadas no semestre	211	830

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

8 Outros créditos

a. Rendas a receber

A rubrica “Rendas a receber” inclui o valor de R\$ 294.002 (2001 - R\$ 333.664) referente aos valores a receber por conta da prestação de serviços de arrecadação, pagamentos e fornecimento regular de informações previdenciárias, que permitem a alimentação dos cadastros do INSS com dados de vínculos empregatícios, remunerações e outros fatos geradores de contribuições previdenciárias.

b. Valores específicos

	2002	2001
Créditos com a União - PREVHAB		1.353.713
Créditos com a União - Negociação com imóveis	107.818	107.489
Créditos com a União - Voto 162 MP 1702	83.045	69.237
Créditos com a União - Decreto-Lei nº 2.164/84	40.024	36.817
Outros	<u>73</u>	<u>73</u>
	<u>230.960</u>	<u>1.567.329</u>

c. Outros créditos diversos

	2002	2001
Adiantamentos	677.762	196.818
Governo do Estado da Bahia - EMBASA (i)	666.083	572.596
Créditos tributários (ii)	1.998.339	1.889.748
Valores a receber - BAMERINDUS (iii)	302.941	-
Devedores por depósitos em garantia	774.338	721.534
SASSE/PREVHAB	173.866	196.668
Impostos e contribuições a compensar	84.864	52.902
Governo do Estado de Pernambuco - COMPESA	167.666	101.188
Seguros a receber	120.932	205.549
Outros devedores	<u>19.985</u>	<u>290.413</u>
	<u>4.986.776</u>	<u>4.227.416</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- i. Refere-se à antecipação de recursos de privatização ao Governo do Estado da Bahia, sendo uma parte remunerada pelo IGP-M, acrescido de juros de 6% ao ano, e a outra pela taxa SELIC.
- ii. A rubrica “Créditos tributários” possui como valores relevantes créditos de Imposto de Renda (IR), decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados, base de cálculo de CSLL negativas e diferenças temporárias, amparados pela Circular nº 2.746/1997 do BACEN, e créditos de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001.

O montante de crédito tributário passível de constituição é de R\$ 5.766.532 para o Imposto de Renda e de R\$ 1.607.918 para a Contribuição Social. Em função de entendimento da Administração, decorrente dos estudos quanto à realização dos créditos tributários, foram ativados os seguintes valores de R\$ 1.612.723 de IR e de R\$ 421.504 de CSLL, cuja expectativa de realização é de 10 anos.

Considerando as compensações de R\$ 10.353 de IR e de R\$ 25.536 de CSLL, efetuadas neste semestre, o saldo atual dos créditos ativados corresponde a R\$ 1.602.370 de IR e R\$ 395.968 de CSLL.

- iii. Refere-se a créditos com a Massa Falida do Bamerindus, originados preponderantemente pela aquisição de créditos imobiliários, os quais se encontram totalmente provisionados, anteriormente registrados na rubrica “Relações Interfinanceiras”.

9 Outros valores e bens

Os bens não de uso referem-se, principalmente, aos imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA. A provisão para desvalorização desses imóveis é constituída no momento da reintegração de posse ou na transferência de imóveis de uso, com base em laudo de avaliação elaborado pelos peritos da CAIXA.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

A partir do 2º semestre de 1999, a CAIXA iniciou processo de reavaliação dos bens não de uso mantidos em estoque há mais de um ano com vistas a ajustá-los aos valores atuais de mercado. Em junho de 2002, constam em estoque 1.423 imóveis com laudos vencidos, porém 100% provisionados no montante de R\$ 36.224, assim desdobrado: 25 imóveis patrimoniais no valor de R\$ 1.997 e 1.398 imóveis adjudicados/arrematados no valor de R\$ 34.227.

10 Ativo permanente

As participações em sociedades controladas são substancialmente formadas por SASSE - Caixa Seguradora S.A. e são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. As principais informações sobre a investida e o investimento estão apresentadas como segue:

Investida	2002	2001
Patrimônio líquido	664.313	308.524
Capital social	360.000	330.000
Quantidade de ações	16.930.108	16.164.827
Reserva de reavaliação/retenção de lucros	2.047	3.062
Reserva de ágio	285.252	
Lucros acumulados	17.013	(24.538)
Valor patrimonial da ação - R\$	39,24	19,09
Investimento		
Quantidade de ações possuídas	8.161.426	7.792.510
Participação societária (%)	48,20658	48,20658
Valor contábil do investimento	181.745	173.657
Resultado da equivalência	182	18.287

A CAIXA possui também R\$ 7.349 em ações da CIBRASEC e R\$ 987 referente à reserva de reavaliação das controladas.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

11 Depósitos

- a. Os depósitos a prazo incluem os depósitos judiciais, no montante de R\$ 20.934.964 (2001 - R\$ 19.968.536), os quais são remunerados com base na Taxa Referencial (TR). Para os depósitos judiciais, nos âmbitos trabalhista e estadual, incidem, ainda, juros de 6% ao ano. Os depósitos estão distribuídos conforme a seguir:

	2002		
	<u>À vista</u>	<u>A prazo</u>	<u>Poupança</u>
Curto prazo	<u>4.087.659</u>	<u>25.372.029</u>	<u>39.763.966</u>
Sem vencimento	4.087.659	20.914.764	39.763.966
De 31 a 90 dias	-	1.705.764	-
De 91 a 360 dias	-	2.751.501	-
Longo prazo	<u>-</u>	<u>821.481</u>	<u>-</u>
Acima de 360 dias	-	821.481	-
	<u>4.087.659</u>	<u>26.193.510</u>	<u>39.763.966</u>

- b. Os depósitos especiais e de fundos e programas são compostos pelos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e de outros fundos e programas, sendo atualizados os depósitos do FGTS pela taxa SELIC, conforme Resoluções nºs 279 e 295 do Conselho Curador do FGTS, de 17 de fevereiro e de 26 de agosto de 1998, e os demais de acordo com a variação de índices oficiais e, quando aplicável, juros de até 6% ao ano, demonstrados como segue:

	2002	2001
Depósitos do FGTS	1.315.416	1.284.193
Depósitos especiais com remuneração	700.733	713.106
Depósitos - FAS	304.518	82.433
Depósitos - PROGER	855.281	450.080
Depósitos - FISANE	131.215	111.078
Depósitos - PRODEC	44.151	43.448
Depósitos - PIS	21.570	22.593
Outros	<u>71.127</u>	<u>96.844</u>
	<u>3.444.011</u>	<u>2.803.775</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

12 Recursos de letras hipotecárias

Referem-se aos recursos captados por meio de letras hipotecárias e letras de crédito imobiliário, sobre as quais incidem encargos financeiros equivalentes à Taxa Referencial (TR), ao IGP-M ou ao INPC.

As emissões em TR são acrescidas de juros médios de 11,82% (incluindo todas as operações originais com e sem “swap”, ponderadas pelo saldo atualizado) e prazo mínimo de resgate de 180 dias.

As emissões em IGP-M e INPC são acrescidas de juros médios de 10,83% e 10,93% ao ano, respectivamente, e prazo mínimo de resgate de cinco anos.

As emissões de LCIs indexadas ao IGP-M são acrescidas de juros médios de 10,79% ao ano e prazo mínimo de resgate de três anos.

13 Obrigações por empréstimos

Os empréstimos tomados no exterior estão sujeitos a juros de até 5,32% ao ano e variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente, a dólares estadunidenses, com vencimentos até 2013.

14 Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais

Compostos, substancialmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infra-estrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário. Estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,10% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 15 anos.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

15 Outras obrigações

a. Fiscais e previdenciárias

	2002	2001
Provisão para Imposto de Renda sobre a Reserva de Reavaliação - Edificações	104.888	111.773
Provisão de Contribuição Social sobre Reserva de Reavaliação - Edificações	37.760	40.238
Crédito Tributário	-	(152.011)
Provisão para contingências - PASEP (i)	500.000	500.000
Contribuições Previdenciárias	39.416	37.893
Contribuições Fiscais	109.029	30.016
Tributos municipais e estaduais	130.297	110.921
Imposto de Renda a pagar	29.678	-
Contribuição Social a pagar	50.995	-
Outros	<u>63.253</u>	<u>21.495</u>
	<u>1.065.316</u>	<u>700.325</u>

- i. A CAIXA, em 6 de dezembro de 1996, foi autuada por fiscais da Receita Federal sob o argumento de insuficiência no recolhimento do PIS/PASEP relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, época em que vigiam os Decretos-Leis n^os 2.445 e 2.449/1988, e compensação, supostamente indevida, de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993, nos valores de R\$ 2.691.943 de principal, R\$ 2.011.254 de multa e R\$ 4.310.818 de juros, a valores de 30 de junho de 2002.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

A CAIXA apresentou recurso ao Conselho de Contribuintes, que avaliou o processo em 3 de fevereiro de 1999. De acordo com o voto do Conselheiro Relator, os elementos trazidos ao processo pela fiscalização não permitem a identificação de quais exclusões da base tributável do PASEP foram consideradas improcedentes e qual a motivação para que o Fisco efetuasse a glosa. Conforme resolução dos membros da Segunda Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, o julgamento foi convertido em diligência à Secretaria da Receita Federal - SRF, para que a fiscalização esclareça os fatos e justifique a glosa efetuada, cientificando a CAIXA do teor dessa manifestação e abrindo-lhe prazo adequado para que se pronuncie a respeito. A Delegacia da Receita Federal em Brasília cientificou a CAIXA, em 21 de outubro de 1999, sobre o relatório de diligência, no qual o Fisco manteve os mesmos motivos alegados na atuação. A CAIXA encaminhou pronunciamento sobre o relatório de diligência fiscal ao Segundo Conselho de Contribuintes, que avaliou o processo em 7 de novembro de 2000. De acordo com a resolução dos membros do conselho, o julgamento foi convertido em nova diligência à SRF. A CAIXA tomou ciência do Relatório de Diligência Fiscal, em 26 de abril de 2001, no qual o Fisco manteve os mesmos motivos alegados na atuação, mencionando que não caberia mais exame de identificação das contas glosadas. Em 28 de maio de 2001, a CAIXA encaminhou novo pronunciamento ao Segundo Conselho de Contribuintes, no qual o processo se encontra aguardando novo julgamento. Esgotadas as possibilidades na esfera administrativa, há ainda recursos na esfera judicial. Com base na opinião de seus consultores jurídicos, considerando as jurisprudências já divulgadas sobre a matéria, e em face das possibilidades de êxito vislumbradas, a Administração entende que a provisão constituída no valor de R\$ 500.000 é suficiente para cobrir eventuais decisões desfavoráveis em algumas partes do processo.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Diversas

	2002	2001
Obrigações por contribuições ao SFH	47.536	7.705
Obrigações por convênios oficiais	62.811	74.526
Provisão para pagamentos a efetuar	873.615	800.030
Despesas de pessoal	587.725	572.580
Outros pagamentos	285.890	227.450
Provisão para passivos contingentes	5.189.024	4.842.490
FUNCEF - Reservas Técnicas (1)	2.983.414	2.577.118
PREVHAB/FUNCEF - Reservas Técnicas (2)	300.329	329.558
Provisão para contingências (3)	1.905.281	1.935.814
Recursos do FGTS	84.335	83.236
Credores diversos - País (4)	<u>1.776.740</u>	<u>1.956.890</u>
	<u>8.034.061</u>	<u>7.764.877</u>

(1) FUNCEF - Reservas técnicas

- (i) Em 30 de setembro de 1993, a CAIXA assinou com a Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) contrato de confissão e parcelamento de dívida, cuja eficácia é objeto de medida judicial proposta pela CAIXA, o qual prevê o pagamento de 240 parcelas mensais, a partir de 31 de janeiro de 1994, cujo saldo monta a R\$ 2.983.414 (2001 - R\$ 2.577.118), registrado no grupo do passivo Outras Obrigações - FUNCEF Reserva Técnica, atualizado monetariamente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), rendendo juros de 6% ao ano. A parcela paga até o ajuizamento da ação, que objetiva a rescisão do referido contrato e estava classificada no ativo como Despesas Antecipadas, tendo sido reclassificada e registrada em conta retificadora do mesmo grupo de passivo em Despesas a Apropriar - Cobertura de Reservas Técnicas - FUNCEF, monta a R\$ 2.040.217 (2001 - R\$ 1.823.158), estando totalmente provisionada.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

De acordo com as decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), nºs 497/1995 e 413/1996, contrárias à eficácia do contrato acima referido, a Administração da CAIXA suspendeu o pagamento das parcelas desde 12 de agosto de 1996, ajuizando, em setembro do mesmo ano, ação para a rescisão do contrato.

- (ii) Para a consecução dos objetivos da FUNCEF e em complementação às contribuições dos participantes, a CAIXA efetua contribuições de acordo com o percentual determinado segundo fórmulas atuariais; o montante desembolsado no 1º semestre de 2002 foi de R\$ 59.634 (2001 - R\$ 61.343). O plano de custeio da entidade enquadra-se como benefício definido para 43.726 associados, enquanto para 3.641 enquadra-se como contribuição definida.
- (iii) A CAIXA na condição de patrocinadora da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) submeteu à apreciação do Ministério da Fazenda e obteve sua aprovação, bem como manifestação favorável do Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - DEST, de alteração do Regulamento do Plano de Benefício da FUNCEF, para: (i) adequação parcial das disposições das Leis Complementares nºs 108 e 109, ambas de 29 de maio de 2001, (ii) a incorporação de novas condições de custeio do Plano pelos participantes e pela patrocinadora; e (iii) o estabelecimento de critérios de migração dos participantes dos planos de benefícios REPLAN/REB para a nova versão do plano REB de contribuição definida. Para fazer face à implementação do processo de migração, a CAIXA constituiu provisão no valor de R\$ 168.527.

(2) PREVHAB/FUNCEF - Reservas técnicas

A CAIXA, por força da extinção do Banco Nacional da Habitação (BNH), determinada pelo Decreto nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, assumiu os empregados do extinto Banco, os quais tinham vinculação de Previdência Complementar com a Associação de Previdência dos Empregados do BNH (PREVHAB).

Em cumprimento ao referido Decreto, foi deflagrado um processo de adesão voluntária dos associados ativos da PREVHAB à Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) e dos associados aposentados e pensionistas para um Plano de Benefícios Especial e Exclusivo no âmbito da SASSE - Cia. Nacional de Seguros Gerais S.A. atual denominação Caixa Seguradora S.A.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Dos 4.758 associados ativos da PREVHAB, 4.568 (96%) firmaram termos de adesão e de cessão de direitos sobre reservas previdenciárias, formalmente aceitos pela CAIXA, na condição de patrocinadora, e pela FUNCEF, na condição de entidade fechada de previdência privada, observando-se o regime de direitos e obrigações, especificado em Instrumento Particular de Contrato de Assunção de Obrigações e Outras Avenças entre a CAIXA e a FUNCEF, com interveniência da PREVHAB. As reservas matemáticas da PREVHAB relativas aos associados ativos totalizaram R\$ 336.044 em 1º de outubro de 1998, reposicionadas no valor de R\$ 332.239, em março de 1999, por aditivo contratual, e, em junho de 2002, no valor de R\$ 300.329, deduzidos os pagamentos efetuados no exercício.

Dos 2.772 associados aposentados e pensionistas da PREVHAB, 2.239 (80,77%) firmaram contrato de ingresso ao Plano de Benefícios Especial e Exclusivo da SASSE, regido pelo Contrato de Instituição de Plano Especial de Benefícios, entre a CAIXA e a SASSE, com interveniência da PREVHAB, e pelo Contrato para Administração de Carteira de Títulos e Valores Mobiliários, ambos firmados entre a SASSE e a CAIXA, no valor de R\$ 625.689, referente às reservas matemáticas avaliadas e posicionadas em 1º de outubro de 1998, reposicionadas no valor de R\$ 784.655 em junho de 2002, incluindo-se provisões para causas judiciais.

(3) Passivos contingentes

A CAIXA possui na esfera passiva ações trabalhistas cíveis, ações relacionadas a contestação de indexadores aplicados em operações ativas e passivas, inclusive em função de planos econômicos, ações diversas relacionadas a financiamento imobiliário, loterias, perdas e danos, ações fiscais, dentre outras. Essas ações são avaliadas e revisadas periodicamente.

A Administração entende, com base em pareceres de seus advogados, levando em conta que em geral os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, que tais processos não implicarão prejuízos relevantes, que excedam o saldo da provisão para essas contingências, de R\$ 1.905.281 (2001 - R\$ 1.935.814), suficiente para a cobertura de eventuais decisões judiciais desfavoráveis à CAIXA.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

A CAIXA foi autuada pela fiscalização do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos efetuados a seus empregados no período de janeiro de 1989 a agosto de 1999, cujos valores reposicionados para 30 de junho de 2002, conforme relatório do INSS, montam a R\$ 955.112.

É entendimento da CAIXA que os pagamentos autuados não estão sujeitos ao recolhimento da contribuição previdenciária, haja vista sua característica indenizatória. Consoante o que determina o art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, os processos em andamento foram encaminhados à Advocacia Geral da União - AGU para análise e solução das controvérsias existentes entre a CAIXA e o INSS, tendo sido criado Grupo de Trabalho específico, com representação de ambas as partes, resultando no reconhecimento, por parte da CAIXA, de alguns processos.

De acordo com a opinião de seus consultores jurídicos e tributários, a Administração, em face das possibilidades de êxito, vislumbradas para os demais processos, entende desnecessária a constituição de provisões adicionais para essas contingências, além daquela registrada na rubrica "Provisão para contingências - Outras" no valor de R\$ 218.324.

(4) Credores diversos - País

Contemplam principalmente: o valor de juros de depósitos judiciais em R\$ 439.013 (2001 - R\$ 482.463), de fornecedores/contas a pagar em R\$ 190.617 (2001 - R\$ 103.508), créditos administrados em R\$ 933.868 (2001 - R\$ 995.398) e outros credores em R\$ 213.242 (2001 - R\$ 251.136).

16 FGTS

- a.** Os saldos referentes às aplicações e captações do FGTS foram excluídos em 1990 dos registros contábeis da CAIXA por força de determinação legal. Nos termos do art. 9º, da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3, de 24 de agosto de 2001, a CAIXA é responsável pela plena liquidação dos créditos devidos ao FGTS para operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

- b.** Conforme as Resoluções nºs 279 e 295 do Conselho Curador do FGTS, de 17 de fevereiro e de 26 de agosto de 1998, a CAIXA passou a atuar como gestora de investimentos do FGTS, recebendo por tal serviço parte do rendimento que exceder a variação da TR mais juros de 6% ao ano. Do valor recebido, 97,5% era destinado à composição de fundo de reserva para perdas em operações do FGTS, registrado na rubrica “Outras Obrigações - Fundos e Programas Sociais”. Em 31 de dezembro de 2000, o saldo desse fundo de reserva alcançou o montante de R\$ 2.234.222. O risco de crédito das operações do FGTS, contratadas até 1º de junho de 2001, passou a ser da União. Em 30 de junho de 2001, a CAIXA procedeu à reversão do saldo do fundo de reserva no valor de R\$ 2.541.482.

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

Conforme Resolução da Diretoria, ata nº 1.565, de 5 de fevereiro de 2002, parecer do Conselho Fiscal da CAIXA, Resolução do Conselho de Administração da CAIXA e autorização do Ministro de Estado da Fazenda, o Capital Social Integralizado foi alterado de R\$ 12.350.000 para R\$ 3.345.727, mediante incorporação de reservas e absorção de prejuízos acumulados.

b. Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução nº 2.099/94 (Acordo da Basiléia)

Conforme determinações da Resolução nº 2.099/94 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio líquido para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta a seguinte situação:

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

Título/fatores de risco	2002			2001		
	Saldo	Risco ponderado	Patrimônio líquido exigido	Saldo	Risco ponderado	Patrimônio líquido exigido
Risco nulo - 0%	64.279.219			44.338.517		
Risco reduzido - 20%	21.338.541	4.267.708	469.448	27.414.101	5.482.820	603.110
Risco reduzido - 50%	14.533.188	7.266.594	799.325	13.406.889	6.703.445	737.379
Risco normal - 100%	11.955.061	11.955.061	1.315.057	8.540.306	8.540.306	939.433
Créditos tributários - 300%	1.998.339	5.995.017	659.452	1.889.748	5.669.244	623.617
Risco de crédito de "swap"	321.580	321.580	64.316	350.059	350.059	70.011
Risco de mercado - Taxa de juros	-	-	151.125	-	-	131.840
Total	<u>114.425.928</u>	<u>29.805.960</u>	<u>3.458.723</u>	<u>95.939.620</u>	<u>26.745.874</u>	<u>3.105.390</u>
Patrimônio de Referência			4.301.135			4.189.927
Suficiência			842.412			1.084.537
Índice da Basileia		13,68%			14,84%	

c. Reservas de reavaliação

Em outubro de 1998, a CAIXA efetuou a reavaliação do total dos imóveis de uso. O valor está líquido da provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos.

d. Reservas de lucros

A reserva de lucros é constituída por reserva legal no montante de R\$ 28.222, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, e reserva para incorporação ao capital proveniente dos resultados com a administração das loterias, sendo apurado, no 1º semestre de 2002, o montante de R\$ 84.423 (2001 - R\$ 61.287).

e. Dividendos

São assegurados à União dividendos mínimos de 25% sobre o lucro líquido ajustado, como dispõe o Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, calculados como segue abaixo:

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

	2002	2001
Lucro líquido do semestre	564.434	(4.393.613)
Reserva legal	(28.222)	-
Ajustes de exercícios anteriores - TVM e Derivativos	96.635	(3.838.423)
Ajuste ao valor de mercado - TVM e Derivativos	(126.680)	-
Realização de reserva de reavaliação por depreciação	<u>10.038</u>	<u>10.175</u>
Base de cálculo dos dividendos	516.205	(8.221.861)
Percentual	<u>25%</u>	<u>25%</u>
Dividendos propostos	<u>129.051</u>	<u>-</u>

18 Remuneração de empregados e de administradores

Estão destacadas a seguir as remunerações pagas aos empregados e administradores, não deduzidas as parcelas de glosas de que tratam o Decreto-Lei nº 2.355/1987 e Lei nº 8.852/1994.

Remuneração de junho de 2002	Administradores	Empregados
Maior	9.600,00	8.000,00
Média	9.600,00	2.864,30
Menor	9.600,00	452,35

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

19 Outras informações

a. Composição das contas "Outras receitas/despesas operacionais"

	2002	2001
Outras receitas operacionais		
Comissões e taxas sobre operações	291.966	332.420
Recuperação de despesas	93.633	112.387
Créditos com a União - MP nº 2181-45	23.165	91.137
Reversão de outras provisões operacionais	125.650	92.001
Investimentos fundos de previdência - Atualiz. monetária	40.307	38.898
Participações em resultados de cartões de crédito	58.596	42.345
Rendas de créditos - COMPESA	10.788	5.846
Reversão fundo reserva - FGTS (Nota 1(b) e 16(b))		2.541.482
Rendas de créditos securitizados	26.529	105.143
Outras receitas operacionais	<u>73.717</u>	<u>114.700</u>
	<u>744.351</u>	<u>3.476.359</u>
Outras despesas operacionais		
Atualiz. Monet. e juros s/reservas atuariais - FUNCEF	(186.337)	(167.666)
Prejuízos na adjudicação de imóveis financiados	(21.655)	(101.511)
Despesas com financiamentos habitacionais	(16.469)	(20.036)
Despesas com FCVS a receber - Resíduos	(340.033)	(2.274.316)
Despesas sobre obrigações com fundos e programas	(81.622)	(74.933)
Despesas c/ seguro desemprego	(62.075)	-
Remuneração revendedor lotérico	(106.887)	-
Provisão para contingências	(189.485)	(1.672.213)
Atualização monetária EMGEA/UNIÃO	(129.936)	-
Despesas c/ loterias	(96.783)	(34.069)
Despesas banco 24 horas	(36.635)	(21.774)
Premiação de poupança	(20.749)	(60.167)
Outras despesas operacionais	<u>(101.724)</u>	<u>(77.147)</u>
	<u>(1.390.390)</u>	<u>(4.503.832)</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

b. Despesas com pessoal

As despesas com pessoal estão assim detalhadas:

	2002	2001
Proventos	(1.051.070)	(1.054.195)
Benefícios	(231.485)	(175.449)
Encargos sociais:		
FGTS	(79.429)	(77.044)
Previdência social	(231.459)	(247.494)
Previdência complementar	(56.924)	(64.116)
Outros	<u>(53.221)</u>	<u>(54.945)</u>
	<u>(1.703.588)</u>	<u>(1.673.243)</u>

c. Despesas administrativas

	2002	2001
Comunicações	(155.351)	(109.923)
Manutenção e conservação de bens	(103.680)	(88.810)
Água e energia	(39.315)	(39.039)
Aluguéis	(71.973)	(70.417)
Despesas de material	(50.415)	(40.691)
Contribuições filantrópicas	(769)	(1.845)
Processamento de dados	(426.913)	(442.482)
Promoções e relações públicas	(11.185)	(8.863)
Propaganda e publicidade	(44.252)	(52.683)
Serviços do sistema financeiro	(64.374)	(52.845)
Serviços de terceiros	(99.631)	(62.819)
Serviços especializados	(159.223)	(99.365)
Tributárias	(71.768)	(32.856)
Depreciação e amortização	(222.862)	(252.978)
Outras administrativas	<u>(52.237)</u>	<u>(75.490)</u>
	<u>(1.573.948)</u>	<u>(1.431.106)</u>

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

d. Administração de entidades sociais

Os saldos de patrimônio líquido das entidades administradas pela CAIXA (Nota 1) montam a R\$ 31.420.767 (2001 - R\$ 32.608.763) negativos. O principal refere-se ao Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), no montante de R\$ 63.075.398 (2001 - R\$ 61.724.961) negativos, cuja responsabilidade pelo cumprimento de suas obrigações é da União Federal, conforme Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000.

Entidade	2002	2001
PIS	18.600.781	17.383.516
FGTS	10.208.782	9.413.187
FAR	1.705.433	1.335.556
FCVS	(63.075.398)	(61.724.961)
FDS	422.548	400.492
FAS	326.817	317.015
SH	128.573	
PCE	233.780	240.507
FIEL	<u>27.917</u>	<u>25.925</u>
	<u>(31.420.767)</u>	<u>(32.608.763)</u>

e. Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER

Os recursos contraídos com o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), para aplicação no Programa de Geração de Emprego e Renda (PROGER), da ordem de R\$ 855.281, têm custo de captação com base na taxa SELIC, enquanto não aplicados em operações de crédito, e com base na TJLP, após a liberação para os mutuários. O prazo médio das aplicações é de quatro anos e o vencimento final em 2012. Os recursos livres para aplicação, atualizados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 234.775. O saldo dos recursos aplicados é de R\$ 620.506.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

f. Plano de saúde - SAÚDE CAIXA

Em 1º de fevereiro de 2002, entrou em vigor o SAÚDE CAIXA - um programa de saúde instituído pela CAIXA e por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo assistência médica, hospitalar, odontológica, psicológica, fisioterápica, fonoaudiológica, terapêutica ocupacional, serviços social e nutricional, com atendimento realizado por rede de credenciados e abrangência nacional. É um benefício concedido pela CAIXA aos titulares optantes e respectivos beneficiários inscritos, entendendo-se por titulares os empregados e aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

Os recursos do SAÚDE CAIXA são assim constituídos:

- Contribuição mensal da CAIXA, correspondente a 3,5% da folha de pagamento, incluídos os encargos sociais;
- Mensalidade do titular de R\$ 38,26, por grupo familiar;
- Mensalidade do titular de R\$ 21,67, para cada dependente.

O plano é equilibrado, atuarialmente, conta com adesão de 96,6% e está previsto no Acordo Coletivo de Trabalho 2001 e 2002.

g. Resultado não operacional

Refere-se, principalmente, às despesas com provisões para desvalorização de imóveis de bens não de uso próprio deduzidas da receita com lucro na alienação de imóveis.

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais)

20 Reclassificações para fins de comparabilidade

Para melhor comparabilidade das demonstrações financeiras, foram efetuadas reclassificações nos saldos de junho de 2001, visando à adequação aos procedimentos/classificações contábeis.

Balanco	Valor publicado	Valor reclassificado	Saldo do balanço
Ativo			
Circulante e realizável a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários - Carteira própria	19.778.727	928.523	20.707.250
Títulos e valores mobiliários - Provisão para desvalorização	(100.623)	86	(100.537)
Outros créditos - Negociação e intermediação de valores	4.959	(86)	4.873
Outros créditos - Créditos específicos	952.795	(928.523)	24.272
Relações interfinanceiras - Correspondentes	1.137	93.288	94.425
Outros créditos - Rendas a receber	545.597	(13.344)	532.253
Outros créditos - Diversos	4.307.360	(79.944)	4.227.416
Passivo			
Circulante e exigível a longo prazo			
Instrumentos financeiros derivativos		37.120	37.120
Outras obrigações - negociação e intermediação de valores	41.215	(37.120)	4.095
DRE			
Receitas da intermediação financeira	<u>6.464.858</u>	<u>102.128</u>	<u>6.566.986</u>
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.037.210	119.493	1.156.703
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	(17.365)	(17.365)
Despesa de intermediação financeira	<u>(7.912.132)</u>	<u>-</u>	<u>(7.912.132)</u>
Resultado bruto da intermediação financeira	<u>(1.447.274)</u>	<u>102.128</u>	<u>(1.345.146)</u>
Outras receitas/despesas operacionais	<u>(2.732.204)</u>	<u>(102.128)</u>	<u>(2.834.332)</u>
Outras receitas operacionais	3.578.487	(102.128)	3.476.359

Caixa Econômica Federal - CAIXA

Valdery Frota de Albuquerque
Presidente

Aser Cortines Peixoto Filho
Diretor

Isabel Pereira de Souza
Diretora

João Aldemir Dornelles
Diretor

José Renato Correa de Lima
Diretor

Jorge Luiz Ávila da Silva
Diretor

Luiz Francisco Monteiro de Barros Neto
Diretor

Mário da Cunha Haag
Diretor

Telmo Marques Costa
Superintendente Nacional de Contadoria
Contador - CRC-CE-5.031/O-4 T - DF

José Rogério Krticka
Gerente Nacional de Contabilidade CAIXA
Contador - CRC-RS-035890/T-2 - DF